

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS

P.A.C: 313	Exercício: 2023	Pasta nº: 02
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP	Número: 061	
Objeto: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS C/MOTORISTA E COMBUSTÍVEL.		
Secretaria Requisitante: DIVERSAS		

HISTÓRICO

PA N° 313/2023

PE N° 061/2023

TRAMITAÇÃO

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA

-Pregão Eletrônico 1/2023-

QUESTIONAMENTOS

1. Sobre a possível necessidade de filial, pergunta-se:
 - a). Será necessária abertura de filial em Juatuba local de prestação de serviço a que se destina o certame?
2. Considerando a atividade do representante (preposto) da CONTRATADA, pergunta-se:
 - a) Será necessário a figura do preposto/gestor da CONTRATADA?
 - b) Se sim, o preposto poderá atender a CONTRATANTE de forma remota?
 - c) Qual deverá ser o horário de trabalho do preposto?
 - d) Habitualmente, o preposto exerce muitas atividades fora do horário comercial?
 - e) Poderá a LICITANTE utilizar modelo padrão de uniforme?
 - f) Poderá o preposto cumular funções com a do cooperado?
3. Sobre a proposta de preços, pergunta-se:
 - a) Havendo divergência entre a descrição do Edital e a descrição do Portal, qual deverá prevalecer?
 - b) Havendo divergência entre a quantidade do edital e a quantidade do Portal, qual deverá prevalecer?
4. Sobre a planilha de custos, pergunta-se:
 - a) Será necessário envio de planilha de custos junto à Proposta de Preços para fundamentação dos valores?
 - b) Se não, em qual momento deverá ser apresentada?
 - c) Poderá a LICITANTE utilizar modelo padrão próprio para apresentação da planilha de custos?
5. Sobre a jornada de trabalho do cooperado (a), pergunta-se:
 - a). Qual o horário compreende a prestação do serviço?
 - b). Qual total de horas semanais e mensais?
 - c). Haverá possibilidade de adicional noturno?
 - c.1) Se sim, qual a porcentagem deverá ser acrescida para essa modalidade?
 - d). O objeto do contrato abrange a insalubridade?
 - d.1) Se sim, qual a porcentagem deverá ser acrescida para essa modalidade?
 - e). O objeto do contrato abrange a periculosidade?
 - e.1) Se sim, qual a porcentagem deverá ser acrescida para essa modalidade?
 - f) Entendemos que para os veículos objeto da presente licitação NÃO haverá necessidade de diária (alimentação e pernoite para atendimentos fora do município de origem). Estamos corretos em nosso entendimento?
 - f.1) Caso não seja esse o entendimento, qual o entendimento correto?
 - f.2) Caso seja necessário diária para os veículos, haverá reembolso posteriormente?
 - f.3) Há um limite de reembolso para as diárias para os veículos?

- g) Para basear os valores da mão-de-obra, será exigido uma Convenção Coletiva específica? Se sim, qual?
- h) As despesas com estacionamento ficarão a cargo da CONTRATANTE ou CONTRATADA?
- h.1) Se pela CONTRATADA, haverá reembolso posteriormente?
- h.2) Se sim, entendemos que a fatura mensal nesse quesito diverge da nota fiscal para evitar a bitributação. Sendo assim, a simples apresentação de Recibo de utilização desses serviços já caracteriza documento suficiente para reembolso. Estamos corretos em nosso entendimento?
- h.3) Se não, qual seria a forma de reembolso para que não ocorra tributação em um serviço terceirizado como os mencionados?
- h.4) Caso não haja reembolso da CONTRATANTE a CONTRATADA relativo ao estacionamento é necessário que o órgão mensure a estimativa de quantidade de estacionamentos que serão utilizados no mês para que a LICITANTE formule sua proposta sem distorções da realidade.
- i) As despesas com pedágio ficarão a cargo da CONTRATANTE ou CONTRATADA?
- i.1) Se pela CONTRATADA, haverá reembolso posteriormente?
- i.2) Se sim, entendemos que a fatura mensal nesse quesito diverge da nota fiscal para evitar a bitributação. Sendo assim, a simples apresentação de Recibo de utilização desses serviços já caracteriza documento suficiente para reembolso. Estamos corretos em nosso entendimento?
- i.3) Se não, qual seria a forma de reembolso para que não ocorra tributação em um serviço terceirizado como os mencionados?
- i.4) Caso não haja reembolso da CONTRATANTE a CONTRATADA relativo ao pedágio é necessário que o órgão mensure a estimativa de quantidade de pedágios que serão utilizados no mês para que a LICITANTE formule sua proposta sem distorções da realidade.
- i.5) Caso não seja esse o entendimento, qual o entendimento correto?
6. Sobre os veículos, pergunta-se:
- a) Será necessário cadastro junto ao ANTT? Será necessário cadastro junto ao DER/MG?
- b) A frota deverá ser renovada no contrato a partir de quanto tempo?
- c) Será necessária placa vermelha nos veículos?
- d) Será permitida a sublocação de veículos?
- e) Poderá ser mobilizados veículos provisórios para prestação de serviço até que os veículos "definitivos" se encontrem em posição de operação?
- f) Se sim, quais especificações os provisórios poderão ter?
- g) Quais as especificações o rastreador deverá ter?
- h) Como será renumerado os atendimentos que ocorrem em sábados, domingos e feriados se houver? Essa renumeração é de responsabilidade da CONTRATADA ou CONTRATANTE?
7. Existem itens no decorrer do edital que não se aplicam a sociedades cooperativas tendo em vista sua natureza. Aqueles itens que não se aplicam a ela deverão ser interpretados de modo que abrangem sua especificidade. Estamos corretos em nosso entendimento?
- a) Caso não seja esse o entendimento, como deverá ser tratado as cláusulas que não se aplicam a sociedades cooperativas?
8. Poderá a LICITANTE utilizar modelo próprio de uniforme?

9. Sobre a emissão da nota fiscal:
- a) Deverá ser emitido nota fiscal para mão de obra e fatura para a locação do veículo?
 - b) Deverá ser emitido apenas uma nota fiscal abrangendo as duas situações?
 - c) Para emitir a nota fiscal, deverá aguardar aval do Departamento? Ou assim que receber as medições a CONTRATADA já poderá proceder com a emissão?
 - d) Qual será o período de medição dos serviços?
10. Quais são os cursos exigidos para o condutor?
11. Quais EPI's serão obrigatórios para o condutor?
12. Qual tributo deverá ser considerado ISSQN ou ICMS? O transporte será municipal ou intermunicipal?
13. No item 4.8 do termo de referência consta que o veículo deverá estar no nome da contratada, porém, no caso de cooperativa o veículo é registrado no nome do cooperado. Caso a licitante vencedora seja uma cooperativa como iremos proceder?
14. Sobre a retenção do INSS, pergunta-se:
- a) Por lei, é obrigatório que sociedades cooperativas façam os devidos recolhimentos quanto ao INSS não sendo possível esse tributo ser retido na fonte pelos CONTRATANTES. Sendo assim, entendemos que, caso vencedora, caberá a sociedades cooperativas o pagamento e informe do INSS de cada cooperado. Estamos corretos em nosso entendimento?
 - b) Caso não seja esse o entendimento, como será tratado o recolhimento do INSS para sociedades cooperativas?
15. Haverá possibilidade de rescisão antecipada?
- a) Se sim, em quais hipóteses?
16. Atualmente qual contratada atende a prestação de serviços em comento? Quais os valores são praticados na contratação atual?
17. Para "...as visitas ambientais e a movimentação de animais pelo Animal Luz e a movimentação de alimentos para a merenda escolar..." Qual veículo irá realizar esse transporte? Esse veículo precisa de alguma adaptação?
18. Após o término da prestação de serviço os veículos irão ficar sobre a guarda da CONTRANTE ou CONTRATADA?
19. Consta no termo de referência no item 11.1.8 e 11.1.9 que as responsabilidades ali apresentadas são da contratante, como por exemplo as despesas com condutor e combustível. Porém no objeto da licitação e na descrição do veículo consta que essas despesas são por conta da contratada. Pedimos para esclarecer qual a responsável por essas despesas CONTRATADA OU CONTRANTE?

WESLEY
MARCOS
DO CARMO:
56380801634

[illegible]

Congonhas, 30 de janeiro de 2024.

Wesley Marcos do Carmo
563.308.016-34
Representante Legal

Rua Topázio, 123 | Jardim Vila Andreza
Congonhas | MG | CEP: 36410-206
Telefax: 31 3731-1286 | E-mail: coopertran@coopertran.coop.br
CNPJ: 00691905/0001-55 | Insc. Estadual: 180.935.460.0080

WWW.
coopertran.
coop.br

Re: Fwd: PM de Juatuba - MG - PE 61-2023

De transporte@juatuba.mg.gov.br em 2024-01-31 13:01 Detalhes  Anexos

Boa tarde,

Solicite por gentileza suspensão da licitação, uma vez que o questionário demanda de outros setores além do setor de transportes para resposta.

Atenciosamente,

Bruna Oliveira

Setor de Transportes

Em 2024-01-30 15:38, licitacao@juatuba.mg.gov.br escreveu:

Boa Tarde!

gentileza analisar os questionamentos relativos a prestação de serviços, os demais (referentes ao edital) serão respondidos pela pregoeiro.

Att

Ronei

----- Mensagem original -----

Assunto: PM de Juatuba - MG - PE 61-2023

Data: 2024-01-30 14:12*

De: <comercial@cooperfina.com.br>Para: <licitacao@juatuba.mg.gov.br>Cópia: 'André Rodrigues' <andreu@cooperfina.com.br>, <comercial@cooperfina.com.br>, <comercial@cooperfina.com.br>

Prezado Sr(a). Roneiro(a), Boa tarde!

Cumprimentando-o(a), após análise do instrumento convocatório em anexo, em anexo nossos pedidos de esclarecimentos.

Antecipamos agradecimentos e pedimos a gentileza em acusar recebimento.

Atenciosamente,

EM BRANCO

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Evento de Suspensão Divulgado

Órgão

95120 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LJASG de Atuação

982891 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA

Modalidade de Licitação

Pregão

Nº da Licitação

00061/2023

Característica

Tradicional

Forma de Realização

Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Lei

Lei nº 14.133/2021

Critério de Julgamento

Menor Preço/Maior Desconto

Tipo de Objeto

Serviços Comuns

Id contratação PNCP

18715615000160-1-001382/2023

Objeto

Registro de preços - locação de veículos leves e utilitários com combustível e condutor

Motivo do Evento de Suspensão

Suspensão solicitada pelo setor requisitante, para melhor análise de diversos pedidos de esclarecimento feito pela coopertran.

Divulgação do Aviso de Evento

Data da Divulgação

01/02/2024

CPF do Responsável

590.202.616-49

Nome

JOSE MARCIO DE OLIVEIRA

Função

Sec. Administração

Informações Adicionais do Aviso de Evento

Data/Hora da Disponibilização para Divulgação

31/01/2024 às 15:05

CPF do Responsável pela Disponibilização para Divulgação

559.173.216-04

Históricos de Eventos

Evento	Situação do Evento	Data da Publicação/Divulgação	Ação
Alteração	Divulgado	19/01/2024	Visualizar
Suspensão	Divulgado	01/02/2024	Visualizar
Reabertura	Divulgado	04/03/2024	Visualizar
Suspensão	Divulgado	14/03/2024	Visualizar

[Visualizar Licitação](#)[Nova Pesquisa de Eventos](#)

EM BRANCO

COMUNICADO INTERNO Nº 17/2024

Juatuba, 01 de fevereiro de 2024

De: Controle Interno

Raphael Antônio Alves Rios

Para: Setor de Transportes

Bruna Carolina de Oliveira Pereira

Ref.: Solicitação de orientações do Controle Interno para respostas a questionamentos do Processo Licitatório de locação de veículos.

Prezada,

Seguem as orientações do Controle Interno sobre as informações solicitadas pelo licitante.

Questionamento 5, F – “Entendemos que para os veículos objeto da presente licitação **NÃO** haverá necessidade da diária (alimentos e pernoite para atendimentos fora do município de origem). Estamos corretos em nosso entendimento?” – e seguintes, sobre o mesmo tema.

Neste caso, o Controle Interno entende que não há vínculo empregatício entre o Município e o condutor veículo, dessa forma não existe obrigação indenizatória a ser prestada a qualquer título para com o serviço de locação do veículo. O que não é óbice, caso seja prática interna da empresa licitada, o pagamento dos valores às suas expensas.

Questionamento 5, H – “As despesas com estacionamento ficarão a cargo da contratante ou da contratada?” – e seguintes, sobre o mesmo tema.

Não faz parte do serviço de locação de veículos a despesa de estacionamento. Portanto, caso ocorrer, deve ser custeada por responsabilidade do Município e não há possibilidade de indenização da

empresa sobre o valor custeado, visto que não existe a previsão orçamentária para tal serviço no Termo de Referência.

Questionamento 5, I – "As despesas de pedágio ficarão a cargo da contratante ou da contratada?" – e seguintes, sobre o mesmo tema.

Não há previsão de pagamento de pedágio no serviço de locação de veículos, portanto é de responsabilidade do Município e não há possibilidade de indenização da empresa sobre o valor custeado, visto que não existe a previsão orçamentária para tal serviço no Termo de Referência.

É o parecer do Controle Interno, SMJ.

Atenciosamente,



Raphael Antônio Alves Rios

Controle Interno

Re: Fwd: PM de Juatuba - MG - PE 61-2023

De transpar@juatuba.mg.gov.br em 2024-02-01 14:19

Detalhes Cabeçalhos

resposta CI.pdf (~903 KB) =

Boa tarde!

1. Não há item no TERMO DE Referência que reveja a es e o objeto:

2. a) Sim

- b) Sim, porém pontualmente pode ser necessário presencial
- c) Horário central
- d) Não
- e) Sim
- f) Sim, desde que não interfira no desempenho das funções

3. a) Horário variado, conforme demandas das secretarias.

- b) Não existe carga horário fixa, pois varia de secretaria para secretaria.
- c) Respondido pelo Controle Interno no documento em anexo.
- d) Não, salvo determinação contrária da convenção coletiva que a cooperativa fizer parte
- e) Não, salvo determinação contrária da convenção coletiva que a cooperativa fizer parte
- f) Respondido pelo Controle Interno no documento em anexo.
- g) A Convenção Coletiva que a cooperativa for vinculada
- h) Respondido pelo Controle Interno no documento em anexo.
- i) Respondido pelo Controle Interno no documento em anexo.

6. a) Não

- b) Conforme item 14.6 do Termo de Referência
- c) Sim
- d) A sublocação não está vedada no edital
- e) Sim, desde que respeite as especificações do objeto no Termo de Referência.
- f) Conforme especificação do objeto no Termo de Referência.
- g) As especificações técnicas indeferem desde que o setor de compras tenha acesso em tempo real.

8. Sim

9. a) Não

- b) Sim
- c) Conforme item 6.23 e 6.23.1 o Termo de Referência
- d) Conforme item 6.23 e 6.23.1 o Termo de Referência

Exercer atividade remunerada e conforme legislação de transito vigente

11. Conforme legislação vigente e convenção a categoria

12. O Município recolhe ISSQN e IR. Municipal e Inter municipal

13. Considerando que o cooperado é equivalente a um sócio da cooperativa o veículo estando no nome dele terá o mesmo efeito

14. a e b) O INSS é responsabilidade do CONTRATADO

15. Sim, nos moldes da lei 14.133/2021

16. As informações estão disponíveis no Portal da Transparência

17. Para o veículo que tipo furgão que realizará movimentação de lixo e que deverá ser um veículo com adaptações de refrigeração, conforme LOTE 005 do termo de referência.

No caso do veículo que realizará movimentação de resíduos deve constar as especificações do lote 003 do termo de referência

18. Contratada

19. Em virtude de desacordo os itens, não foi possível compreender e questionamento.

Atenciosamente,

Bruna Oliveira

Em 2024-01-30 15:18, lilias@juatuba.mg.gov.br escreveu:

Boa tarde!

Gentileza analisar os questionamentos relativos a prestação do veículo, os itens (referentes ao edital) não respondidos pelo

EM BRANCO

PREGÃO ELETRÔNICO 61/2023

UASG 982691

ESCLARECIMENTOS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA -Pregão Eletrônico 61/2023-
QUESTIONAMENTOS**

Divulgado no COMPRASNET

1. Sobre a possível necessidade de filial, pergunta-se: a). Será necessária abertura de filial em Juatuba local de prestação de serviço a que se destina o certame?
- R: Não há item no TERMO DE Referência que remeta a este objeto.
2. Considerando a atividade do representante (preposto) da CONTRATADA, pergunta-se:
- a) Será necessário a figura do preposto/gestor da CONTRATADA?
- R: SIM
- b) Se sim, o preposto poderá atender a CONTRATANTE de forma remota?
- R: SIM, PORÉM PONTUALMENTE PODE SER NECESSÁRIO PRESENCIAL
- c) Qual deverá ser o horário de trabalho do preposto?
- R: HORÁRIO CENTRAL
- d) Habitualmente, o preposto exerce muitas atividades fora do horário comercial?
- R: NÃO
- e) Poderá a LICITANTE utilizar modelo padrão de uniforme?
- R: SIM
- f) Poderá o preposto cumular funções com a do cooperado?
- R: SIM, DESDE QUE NÃO INTERFIRA NO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES
3. Sobre a proposta de preços, pergunta-se:
- a) Havendo divergência entre a descrição do edital e a descrição do Portal, qual deverá prevalecer?
- R: DO EDITAL
- b) Havendo divergência entre a quantidade do edital e a quantidade do Portal, qual deverá prevalecer?
- R: A DO EDITAL
4. Sobre a planilha de custos, pergunta-se: a) Será necessário envio de planilha de custos junto à Proposta de Preços para fundamentação dos valores?
- R: O EDITAL NÃO FAZ REFERÊNCIA SOBRE PLANILHA DE CUSTOS
- b) Se não, em qual momento deverá ser apresentada?
- R: O EDITAL NÃO FAZ REFERÊNCIA SOBRE PLANILHA DE CUSTOS
- c) Poderá a LICITANTE utilizar modelo padrão próprio para apresentação da planilha de custos?
- R: O EDITAL NÃO FAZ REFERÊNCIA SOBRE PLANILHA DE CUSTOS
5. Sobre a jornada de trabalho do cooperado (a), pergunta-se:
- a). Qual o horário compreende a prestação do serviço?
- R: HORÁRIO VARIADO, CONFORME DEMANDAS DAS SECRETARIAS.
- b). Qual total de horas semanais e mensal?
- R: Não existe carga horário fixa, pois varia de secretaria para secretaria.
- c). Haverá possibilidade de adicional noturno?
- R: NÃO
- c.1) Se sim, qual a porcentagem deverá ser acrescida para essa modalidade?

d) O objeto do contrato abrange a insalubridade?

R: Não, salvo determinação contrária da convenção coletiva que a cooperativa fizer parte

d.1) Se sim, qual a porcentagem deverá ser acrescida para essa modalidade?

e) O objeto do contrato abrange a periculosidade?

R: Não, salvo determinação contrária da convenção coletiva que a cooperativa fizer parte

e.1) Se sim, qual a porcentagem deverá ser acrescida para essa modalidade?

f) Entendemos que para os veículos objeto da presente licitação NÃO haverá necessidade de diária(alimentação e pernoite para atendimentos fora do município de origem). Estamos corretos em nosso entendimento?

R: O CONTROLE INTERNO ENTENDE QUE NÃO HÁ VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O MUNICÍPIO E O CONDUTOR DO VEÍCULO, DESSA FORMA NÃO EXISTE OBRIGAÇÃO INDENIZATÓRIA A SER PRESTADA A QUALQUER TÍTULO PARA COM O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DO VEÍCULO. O QUE NÃO É ÓBICE, CASO SEJA PRÁTICA INTERNA DA EMPRESA LICITADA, O PAGAMENTO DOS VALORES ÀS SUAS EXPENSAS.

f.1) Caso não seja esse o entendimento, qual o entendimento correto?

R: IDEM

f.2) Caso seja necessário diária para os veículos, haverá reembolso posteriormente?

R: IDEM

f.3) Há um limite de reembolso para as diárias para os veículos?

R: IDEM

g) Para basear os valores da mão-de-obra, será exigido uma Convenção Coletiva específica? Se sim, qual?

R: A CONVENÇÃO COLETIVA QUE A COOPERATIVA FOR VINCULADA

h) As despesas com estacionamento ficarão a cargo da CONTRATANTE ou CONTRATADA?

R: NÃO FAZ PARTE DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS A DESPESA DE ESTACIONAMENTO. PORTANTO, CASO OCORRER, DEVE SER CUSTEADA PELO MUNICÍPIO, NÃO HAVENDO POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO À EMPRESA SOBRE QUALQUER VALOR PAGO A TÍTULO DE ESTACIONAMENTO E PEDÁGIO, HAJA VISTA, NÃO HAVER PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.

h.1) Se pela CONTRATADA, haverá reembolso posteriormente?

h.2) Se sim, entendemos que a fatura mensal nesse quesito diverge da nota fiscal para evitar a bitributação. Sendo assim, a simples apresentação de Recibo de utilização desses serviços já caracteriza documento suficiente para reembolso. Estamos corretos em nosso entendimento?

h.3) Se não, qual seria a forma de reembolso para que não ocorra tributação em um serviço terceirizado como os mencionados?

h.4) Caso não haja reembolso da CONTRATANTE a CONTRATADA relativo ao estacionamento é necessário que o órgão mensure a estimativa de quantidade de estacionamentos que serão utilizados no mês para que a LICITANTE formule sua proposta sem distorções da realidade.

i) As despesas com pedágio ficarão a cargo da CONTRATANTE ou CONTRATADA?

R: DA CONTRATANTE (as providências serão tomadas pelo servidor responsável junto à secretaria, não interferindo no serviço de locação dos veículos).

i.1) Se pela CONTRATADA, haverá reembolso posteriormente?

i.2) Se sim, entendemos que a fatura mensal nesse quesito diverge da nota fiscal para evitar a bitributação. Sendo assim, a simples apresentação de Recibo de utilização desses serviços já caracteriza documento suficiente para reembolso. Estamos corretos em nosso entendimento?

i.3) Se não, qual seria a forma de reembolso para que não ocorra tributação em um serviço terceirizado como os mencionados?

i.4) Caso não haja reembolso da CONTRATANTE a CONTRATADA relativo ao pedágio é necessário que o órgão mensure a estimativa de quantidade de pedágios que serão utilizados no mês para que a LICITANTE formule sua proposta sem distorções da realidade.

i.5) Caso não seja esse o entendimento, qual o entendimento correto?

6. Sobre os veículos, pergunta-se:

a) Será necessário cadastro junto ao ANTT? Será necessário cadastro junto ao DER/MG?

R: NÃO

b) A frota deverá ser renovada no contrato a partir de quanto tempo?

R: CONFORME ITEM 11.7 DO TERMO DE REFERÊNCIA

c) Será necessária placa vermelha nos veículos?

R: SIM

d) Será permitida a sublocação de veículos?

R: A SUBLOCAÇÃO ESTÁ VEDADA NO EDITAL, ITEM 4.6 DO EDITAL E ITEM 14 DO TERMO DE REFERÊNCIA

e) Poderá ser mobilizados veículos provisórios para prestação de serviço até que os veículos "definitivos" se encontrem em posição de operação?

R: SIM, DESDE QUE RESPEITE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

f) Se sim, quais especificações os provisórios poderão ter?

R: CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

g) Quais as especificações o rastreador deverá ter?

R: AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS INDEFEREM DESDE QUE O SETOR DE TRANSPORTES TENHA ACESSO EM TEMPO REAL.

h) Como será renumerado os atendimentos que ocorrem em sábados, domingos e feriados se houver? Essa renumeração é de responsabilidade da CONTRATADA ou CONTRATANTE?

R: DA CONTRATADA

7. Existem itens no decorrer do edital que não se aplicam a sociedades cooperativas tendo em vista sua natureza. Aqueles itens que não se aplicam a ela deverão ser interpretados de modo que abrangem sua especificidade. Estamos corretos em nosso entendimento?

R: SIM

a) Caso não seja esse o entendimento, como deverá ser tratado as cláusulas que não se aplicam a sociedades cooperativas?

8. Poderá a LICITANTE utilizar modelo próprio de uniforme?

R: SIM

9. Sobre a emissão da nota fiscal:

a) Deverá ser emitido nota fiscal para mão de obra e fatura para a locação do veículo?

R: NÃO

b) Deverá ser emitido apenas uma nota fiscal abrangendo as duas situações?

R: SIM

c) Para emitir a nota fiscal, deverá aguardar aval do Departamento? Ou assim que receber as medições a CONTRATADA já poderá proceder com a emissão?

R: CONFORME ITEM 4.24, 4.25 DO EDITAL

d) Qual será o período de medição dos serviços?

R: IDEM

10. Quais são os cursos exigidos para o condutor?

R: EXERCER ATIVIDADE REMUNERADA E E CONFORME LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE.

11. Quais EPI's serão obrigatórios para o condutor?

R: CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONVENÇÃO DA CATEGORIA.

12. Qual tributo deverá ser considerado ISSQN ou ICMS? O transporte será municipal ou intermunicipal?

R: O MUNICÍPIO RECOLHE ISSQN E IR. MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL

13. No item 4.8 do termo de referência consta que o veículo deverá estar no nome da contratada, porém, no caso de cooperativa o veículo é registrado no nome do cooperado. Caso a licitante vencedora seja uma cooperativa como iremos proceder?

R: CONSIDERANDO QUE O COOPERADO É EQUIVALENTE A UM SÓCIO DA COOPERATIVA O VEÍCULO ESTANDO EM NOME DELE TERÁ O MESMO EFEITO.

14. Sobre a retenção do INSS, pergunta-se:

a) Por lei, é obrigatório que sociedades cooperativas façam os devidos recolhimentos quanto ao INSS não sendo possível esse tributo ser retido na fonte pelos CONTRATANTES. Sendo assim, entendemos que, caso vencedora, caberá a sociedades cooperativas o pagamento e informe do INSS de cada cooperado. Estamos corretos em nosso entendimento?

R: O INSS É RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO.

b) Caso não seja esse o entendimento, como será tratado o recolhimento do INSS para sociedades cooperativas?

15. Haverá possibilidade de rescisão antecipada? a) Se sim, em quais hipóteses?

R: SIM, NOS MOLDES DA LEI 14.133/2021.

16. Atualmente qual contratada atende a prestação de serviços em comento? Quais os valores são praticados na contratação atual?

R: AS INFORMAÇÕES ESTÃO DISPONÍVEIS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

17. Para "...as visitas ambientais e a movimentação de animais pelo Animal Luz e a movimentação de alimentos para a merenda escolar..." Qual veículo irá realizar esse transporte? Esse veículo precisa de alguma adaptação?

R: PARA O VEÍCULO TIPO FURGÃO QUE REALIZARÁ MOVIMENTAÇÃO DE ALIMENTOS, DEVERÁ SER UM VEÍCULO COM ADAPTAÇÕES DE REFRIGERAÇÃO, CONFORME LOTE 5 DO TERMO DE REFERÊNCIA.

18. Após o término da prestação de serviço os veículos irão ficar sobre a guarda da CONTRANTE ou CONTRATADA?

R: DA CONTRATADA.

19. Consta no termo de referência no item 11.1.8 e 11.1.9 que as responsabilidades ali apresentadas são da contratante, como por exemplo as despesas com condutor e combustível. Porém no objeto da licitação e na descrição do veículo consta que essas despesas são por conta da contratada. Pedimos para esclarecer qual a responsável por essas despesas CONTRATADA OU CONTRANTE?

R: ESSAS OBRIGAÇÕES FICARAM EM LOCAL ERRADO, NA VERDADE TODAS ESSAS RESPONSABILIDADES SÃO DA CONTRATADA, JÁ RETIFICADO NO EDITAL.



De <licitacao@juatuba.mg.gov.br>
Para <transporte@juatuba.mg.gov.br>
Cópia Suprimentos <suprimentos@juatuba.mg.gov.br>
Data 2024-02-26 09:55

Olá Bruna, bom dia

sobre a resposta do Controle Interno para os itens 5H e 5I, não foi possível entender como será o procedimento, pois fala-se que "não faz parte do serviço de locação de veículos a despesa de estacionamento. Portanto, caso ocorrer, deve ser custeado pelo Município e não há possibilidade de indenização da empresa sobre o valor custeado, visto que não existe a previsão orçamentária para tal serviço no Termo de Referência".

Se não tem como indenizar, como será custeado pelo Município?

Para o item 5.1, é a mesma coisa só que com pedágio.

Aguardando retorno para dar continuidade ao andamento do processo.

Grato

Rônei

Cópia: "André Rodrigues" <andre@coopertran.coop.br>, <comercial@coopertran.coop.br>, <comercial@coopertran.coop.br>

Prezado Sr(a). Pregoeiro(a), boa tarde!

Cumprimentando-o(a), após análise do instrumento convocatório em epígrafe, em anexo nossos pedidos de esclarecimentos.

Antecipamos agradecimentos e pedidos a gentileza em acusar recebimento.

Atenciosamente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE TRANSPORTE

Comunicado Interno nº 027/2024

Juatuba, 27 de Fevereiro de 2024.

Ao Controle Interno

Assunto: Questionamento Licitação Locação de Veículo com Condutor

Prezado

Raphael,

Conforme resposta da Licitação no email em anexo, ao serem questionados quanto as questões respondidas pelo Controle Interno referente as despesas de pedágio e estacionamento da locação de veículos com condutor e combustível não ficou claro para as empresas como será custeado pelo Município as despesas.

Solicito por gentileza esclarecimento de como será custeado pelo Município as questões quanto ao pedágio e estacionamento referente ao processo licitatório de locação de veículos com condutor e com combustível.

Atenciosamente,

Bruna C. de Oliveira Pereira
Coordenadora de Área
Crédito e Transporte

Bruna Carolina de Oliveira Pereira
Coordenação Setor de Transporte

Bruna,

As despesas de estacionamento e pedágio deverão ser providenciadas pelo servidor responsável junto à sua Secretaria, não interferindo no serviço de locação dos veículos.

Raphael A. Alves Pios
Coordenador Interno
Matrícula 003612
28/02/24

EM BRANCO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE JUATUBA
E-mail: licitacao@juatuba.mg.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2023
Processo Administrativo nº 313/2023

COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO COOPERTRAN LTDA, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 06.591.905/0001-55, com sede na Rua Topázio, n. 123, Vila Andreza, em Congonhas/MG, por seu representante legal, vem à presença de Vossa Senhoria, respeitosa e tempestivamente, nos termos do artigo 164 da Lei nº 14.133/21, formular **IMPUGNAÇÃO** ao edital da licitação em referência, pelos fundamentos de fato e de direito que passa a expor.

01. DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação está sendo formulada dentro do prazo de 3 (três) dias úteis que antecedem a sessão do pregão, nos termos do dispositivo legal acima citado, sendo tempestiva. Inobstante, pede-se vênia para lembrar que o prazo legal para impugnação é fixado em dia, fazendo-se oportuna a menção ao entendimento do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 969/2022-Plenário, de que prazos vencem às 23:59 de cada dia.

02. DAS RAZÕES DE MÉRITO

A Lei nº 14.133/2021 estabelece o seguinte:

"Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente do seu valor." (grifos nossos)

Logo, com máxima vênia, há uma primeira questão formal, legal, que não tem discricionariedade para dispensa, isto por ser o serviço de **"LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR"** de caráter contínuo e com várias obrigações futuras, como se depreende do edital quando às demandas.

Existem questões diversas ligadas aos veículos, aos motoristas, a obrigações com seguros, manutenção e tantos outros desdobramentos que são essenciais pelo curso do contrato.

Além do descumprimento da imposição taxativa e específica da lei, para que haja o contrato, tem-se consequências práticas desse ato (edital impugnado), que devem ser consideradas, em observância ao artigo 24 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Inicialmente, deve-se separar a natureza jurídica da ata de registro de preços (que nem sequer admite reequilíbrio e é o mero compromisso de base), do que será o contrato, formalmente, o instrumento que estabelece com clareza as obrigações entre as partes e tem vigência própria e desdobramentos como eventuais prorrogações.

Sem a minuta de contrato, os licitantes não formulam suas propostas de uma mesma remissa de base de obrigações e com segurança jurídica, logo, violadas restam a legalidade, isonomia e a igualdade de tratamento, do artigo 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal.

Em seguida, os princípios específicos do artigo 5º da Lei nº 14.133/21, entre eles os de igualdade, julgamento objetivo, da segurança jurídica, porque sem elementos de base dos cálculos certos e definidos para todos não há como elaborar proposta em mesmas bases e com segurança jurídica.

Aceitabilidade de proposta, aliás, passa por balizas certas e definidas.

Isso também vale para a licitação e a execução contratual, dos serviços, tanto para a própria administração como para licitantes, porque os licitantes precisam de certeza de suas obrigações expressas no contrato, bem como, é essencial a ambas as partes que se tenha as bases para a imposição das obrigações, gestão e fiscalização metódica e fiel do contrato (vide, em especial, os artigos 117 e 119 da nova lei), bem como, é essencial que, para se preservar as condições de origem da proposta (artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal), se tenha bases para eventuais alterações contratuais para manter o equilíbrio econômico-financeiro (artigo 124, inciso II, alínea d, da nova lei), bem como, aferir a questão do limite de 25% para mais ou para menos (artigo 125 da nova lei).

Esses são apenas algumas das tantas consequências, inclusive, com sérios desdobramentos para acompanhamento e fiscalização por órgãos de controle interno ou externo (sem contrato não se tem juridicamente corretos os atos para aferir todas as responsabilidades, repita-se, de servir os que se desdobram no tempo, se algo que inclui custos fixos e variáveis e tantas outras situações que demandam vínculo contratual.

03. DOS PEDIDOS

Do exposto, requer seja acolhida a impugnação para que haja anulação do edital para que o mesmo seja republicado contendo a respectiva minuta de contrato, para o cumprimento de disposição expressa e taxativa da lei e para se evitar que várias normas constitucionais e legais sejam também descumpridas de forma consequencial.

Nestes termos, requer deferimento,

Confins - MG, 30 de janeiro de 2024.

**WESLEY
MARCOS
DO CARMO**
56380801634

Registro digitalizado por WESLEY
MARCOS DO CARMO 56380801634
TÍTULO: CNDP-40000
Data: 30/01/2024, 14:05:11 (00:00:00)
CNPJ: 00691905/0001-55
Insc. Est. 180.935.460.0080
Assinatura: WESLEY MARCOS DO CARMO
CPF: 00000000000
Assinatura: WESLEY MARCOS DO CARMO
CPF: 00000000000

Wesley Marcos do Carmo
Diretor-Presidente

EM BRANCO



ANÁLISE JURÍDICA INTERNA

Nº 002/PGM/2024

PREGÃO ELETRÔNICO 61/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 313/2023 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE

Trata-se de recurso interposto por **COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO COOPERTRAN LTDA** impugnando o edital da licitação em referência em razão de não ter especificado a minuta do contrato no citado edital.

É sabido que são frequentes as decisões das mais diversas Cortes de Contas que prestigiam a **adoção do princípio do formalismo moderado e, por isso, não é qualquer irregularidade que fulmina o processo ou acarreta reabertura de edital com retificações.**

Sobre o caso específico aqui discutido, de fato, depreende-se da Lei de Licitações que a minuta do contrato administrativo é elemento do edital de licitação, não ressaltando a exigência nas licitações em que utilizado o procedimento auxiliar registro de preços, vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;





A falta da minuta, por outro lado, não tem o condão de invalidar todo o processo, tampouco acarretar reabertura de prazo da sessão.

No entanto, como a licitação já se encontra suspensa, recomenda-se a inserção da minuta como anexo do edital quando da reabertura de prazo,

Assim, conhecemos da impugnação e, no mérito, recomendamos que seja anexada a minuta do contrato.

É o parecer,

S.M.J

Juatuba, 31 de janeiro de 2024.

Luis Fernando Moreira Mendes
OAB/MG 69.677
Procuradoria Geral do Município

Isabela de Souza Damasceno
OAB/MG 179.847





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

PA nº313/2023

Pregão Eletrônico nº 061.2023

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual locação de veículos leves e utilitários com combustível e condutor

**DECISÃO SOBRE A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA COOPERATIVA DE
TRANSPORTE RODOVIÁRIO COOPETRAN LTDA**

A impugnação é tempestiva, portanto deve ser analisada. A impugnante solicita que seja incluído a minuta do contrato no edital.

A presente impugnação foi remetida à Procuradoria Geral do Município, que emitiu o Parecer nº002/PGM/2024, que se encontra anexado ao processo.

Conforme parecer que se encontra devidamente fundamentado, a falta da minuta do contrato não tem o condão de invalidar todo o processo, tampouco acarretar reabertura de prazo da sessão.

Todavia, como o Pregão se encontra suspenso, a minuta do contrato será incluída no edital.

Diante do exposto o Pregoeiro no uso de suas atribuições, acatará o pedido da licitante COOPERTRAN.

Juatuba, 26 de fevereiro de 2024


Rônei Baptista Rodrigues
Pregoeiro

EM BRANCO

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS PÚBLICAS E CONTRATAÇÕES

RETIFICADO

Unidade Solicitante: Setor De Transportes/Suprimentos	Nº 026
Data: 22/02/2024	
Nº do(s) Pedido(s) de Compra: 2023/1603, 2023/1604, 2023/1605	
Valor estimado: R\$ 1.404.000,00	
Ficha(s) de despesa: 517, 996, 276	
Fonte Orçamentária: 1.500	

Aquisição de item/produto ()	Prestação de Serviço (x)
Entrega única ()	Serviço único e imediato ()
Entrega parcelada ()	Serviço continuado ()
Registro de Preço ()	Registro de Preço (X)

1 – DO OBJETO

- 1.1. Locação de veículos leves e utilitários com combustível e condutor para atender às demandas das unidades Secretarias Municipais.

2 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação almeja suprir as demandas dos contratos 0051/2021 e 161/2019 que não foram renovados, bem como do contrato emergencial 0061/2023.
- 2.2. Trata-se de um serviço de natureza essencial do serviço, que atenderá desde demandas administrativas e de movimentação de materiais, até a movimentação de pacientes do Tratamento Fora do Município (TFD), inclusive pacientes oncológicos e de hemodiálise para tratamento nos centros de saúde especializados parceiros do Município de Juatuba. Os veículos atenderão, ainda, as visitas ambientais e a movimentação de animais pelo Animal Luz e a movimentação de alimentos para a merenda escolar.
- 2.3. A decisão entre veículos com e sem motorista levou em consideração as demandas apontadas pela secretarias, correlacionadas à disponibilidade de motoristas efetivos e de veículos próprios, no intuito de redistribuir as atividades entre efetivos e serviços terceirizados, reduzindo a sobrecarga e o excesso de horas de trabalho excedentes.
- 2.4. Ressaltamos que a demanda de veículos não se faz líquida e certa. Mesmo considerando que o Setor de Transportes fez um levantamento junto às Secretarias, a necessidade de inclusão de novos veículos bem como a modificação do tipo de veículo (exemplo, troca de Hatch para Sedan) para melhor atendimento às demandas é algo latente na presente administração. Tais mudanças têm ocorrido tanto conforme disponibilidade financeira para contratação, quanto para adequar aos tipos de serviços prestados pelo município. Há que se considerar ainda outras demandas que são incertas, como, por exemplo, a possibilidade de locação de um veículo utilitário para movimentação de animais para o Projeto Animal Luz, que ainda não é líquida e certa, porém é almejada. Desta forma, optamos pela contratação via Sistema de Registro de Preços, para garantir esta flexibilidade no atendimento da demanda.
- 2.5. Urge salientar que a opção por terceirizar este tipo de serviços se dá por diversos fatores que

foram ponderados durante o processo decisório, dentre ele: Não requer da Administração estrutura para gestão, manutenção e reparos de veículos; garante a continuidade do serviço posto que não oscila com veículos quebrados ou sucateados, dispondo, como característica básica do contrato a disponibilização de veículos semi-novos, modernos, confortáveis e com seguro.

2.6. Considerando a necessidade de padronização, optou-se por veículos com cores discretas (branco, prata ou cinza), principalmente para garantir o acesso nas periferias do município de maneira discreta, prezando pela segurança dos servidores e dos munícipes.

2.7. A natureza do objeto a ser contratado, do tipo **comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

3 – DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

3.1. A presente contratação faz referência ao Estudo Técnico Preliminar nº 002/2023 do Setor de Transportes.

4 – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

LOTE 001 – VEÍCULO (05 LUGARES)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
09	011989	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (SAÚDE) Locação de veículos de passeio de fabricação nacional, com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva incluídas e seguro contra terceiros. Veículo hatch, com capacidade 04 (quatro) passageiros, 04 portas laterais, motor 03 cilindros, bicomcombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 82 cv, motor 1.0 ou superior, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 280 litros, desembaçador do vidro traseiro, sistema de partida a frio sem reservatório adicional de gasolina, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB, ANO DE FABRICAÇÃO 2022 / MODELO 2022 OU POSTERIOR. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 4.000km / mês com excedente de até 2000 km a até 70% do valor do km - Veículo de cor BRANCA e CINZA	60	SV	12
04	014022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS Para o veículo tipo veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	60.000	KM	12.000

LOTE 002 – VEÍCULO (07 LUGARES)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
08	011989	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (SAÚDE) Locação de veículo de passeio (04 portas), com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva incluídas e seguro contra terceiros. Veículo tipo minivan, com capacidade mínima de 06 (seis) passageiros, 04 portas laterais, motor 04 cilindros, bicomcombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 106 cv, motor mínimo 1.6, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 160, desembaçador do vidro traseiro, sistema de partida a frio, rádio AM/FM com saída USB, Ano de fabricação 2022 / modelo 2022 ou posterior. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 4.000km / mês com excedente de até 2000 km a até 70% do valor do km - Veículos de cor BRANCO e CINZA	36	SV	12
05	014022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS Para o veículo tipo veículo de passeio 6 passageiros em até 70% do valor do km	36.000	KM	12.000

LOTE 003 – VEÍCULO (05 LUGARES)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
010	00158	LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK-UP CABINE DUPLA (MEIO AMBIENTE)	24	SV	12.000



		Utilitário, tipo pick-up 04 portas de fabricação nacional, cabine dupla, com condutor e com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva inclusas; limpeza e seguro contra terceiros inclusos. Capacidade 04 passageiros, 04 (quatro) portas, motor bicombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 88 cv (etanol) 85 cv (gasolina), motor mínimo 1.3, direção hidráulica, ar condicionado, vidros elétricos, trava elétrica das portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 800 litros, carga útil máxima de 650 kg, tampa da caçamba com amortecedor e chave, barra de apoio para carga no teto, grade protetiva da janela traseira, com carroceria coberta, Rádio AM/FM com saída USB. - Ano de fabricação a partir de 2022. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 2.000 KM/MÊS com excedente de até 1000 km a até 70% do valor do km - Veículo de cor BRANCO e CINZA			
003	014022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS Para o veículo tipo pickup veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	12.000	KM	6.000

LOTE 004 – VEÍCULO (05 LUGARES)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
007	011969	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (MEIO AMBIENTE) Locação de veículos de passeio de fabricação nacional, com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva inclusas e seguro contra terceiros. Veículo hatch, com capacidade 04 (quatro) passageiros, 04 portas laterais, motor 03 cilindros, bicombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 82 cv, motor 1.0 ou superior, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 280 litros, desembaçador do vidro traseiro, sistema de partida a frio sem reservatório adicional de gasolina, rádio AM/FM com saída USB, Ano de fabricação 2022 / modelo 2022 ou posterior. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 2000 quilômetros com excedente de até 1000 km a até 70% do valor do km - Veículo de cor BRANCA e CINZA	24	SV	12
002	014022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS Para o veículo tipo veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	12.000	KM	6.000

LOTE 005 – VEÍCULO (02 LUGARES)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
006	000157	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO TIPO FURGÃO (EDUCAÇÃO) Locação de veículo leve e utilitário Veículo utilitário refrigerado para movimentação de produtos alimentícios, tipo furgão, de fabricação nacional, cabine simples, com condutor, com combustível. Capacidade 01 passageiro e 1 motorista, 02 (duas) portas laterais, motor bicombustível (gasolina/etanol) potência igual ou superior a 88 cv (etanol) 85 cv (gasolina) motor mínimo 1.4, direção hidráulica, ar condicionado, vidros elétricos, trava elétrica das portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 3000 litros e 400kg. Características adicionais: a área de refrigeração deverá ser constituída de material iso, resistente, impermeável e atóxico; deve possuir o piso e as laterais da carroceria isentos de frestas ou buracos impedindo a passagem de umidade e/ou poeira para a carga, bem como o vazamento de resíduos, deve possuir sistema gerador de frio, conservando a temperatura entre -18 e -12 °C. Este veículo deverá contar com procedimento operacional padronizado - pop - de limpeza e utilizar somente produtos de limpeza regularizados junto à agência nacional de vigilância sanitária (anvisa) conforme orientações das nutricionistas da secretaria de educação. Deverá dispor de termômetro calibrado para acompanhamento da temperatura. Ano de fabricação 2018 / modelo 2019 ou posterior. Incluso sistema de telemetria (rastreador). Franquia de 2.000 km/mês com excedente de até 1000 km e até 70% do valor do km Preferencialmente da cor branca	24	SV	12
001	014022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS TIPO FURGÃO Para o veículo tipo utilitário climatizado	12.000	KM	6.000

7.1. No campo Unidade, a sigla SV refere-se a serviço, ou seja, o serviço de locação para 12 meses multiplicados pela quantidade de veículos.

7.1.1. No lote 01 serão locados 05 (cinco) veículos conforme descrição do item;

7.1.2. No lote 02 será locado 03 (três) veículo conforme descrição do item;

- 7.1.3. No lote 03 será locado 02 (dois) veículo conforme descrição do item;
- 7.1.4. No lote 04 serão locados 02 (dois) veículos conforme descrição do item;
- 7.1.5. No lote 05 serão locados 02 (dois) veículos conforme descrição do item.

5 – JUSTIFICANDO O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 5.1. Para a presente licitação não há necessidade de agrupamento de itens.

6 – DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O condutor deverá ser da empresa contratada e com experiência no tipo de transporte. Todos os custos com salários do condutor, alimentação e encargos trabalhistas, serão de responsabilidade da CONTRATADA,
- 6.2. Os veículos devem apresentar-se identificados com placas “à serviço da Prefeitura de Juatuba”, em até 24 horas após o início da prestação do serviço.
- 6.3. Os motoristas devem atuar sempre com cordialidade, auxiliando no embarque e desembarque de passageiros, bagagens e materiais, sempre que necessário ou solicitado.
- 6.4. Os condutores deverão estar habilitados para a categoria e possuir cursos compatíveis com o tipo de transporte, inclusive com a qualificação para quem “exerce atividade remunerada”.
- 6.5. A CONTRATANTE, não arcará com ônus de qualquer natureza com o deslocamento do veículo da garagem do prestador de serviços, até o ponto de partida indicado pelo Setor de Transporte, dentro do município.
- 6.6. A CONTRATADA não poderá subcontratar outra prestadora de serviço para o mesmo objeto do contrato.
- 6.7. Caso o veículo apresente algum defeito (mecânico, elétrico, batidas que impossibilitem de executar o serviço) a empresa deverá disponibilizar imediatamente outro veículo para a conclusão e continuidade da prestação de serviços.
- 6.8. Os veículos deverão estar devidamente registrados e licenciados em nome da empresa contratada, que na ocasião da assinatura do Contrato e entrega do veículo, deverão apresentar:
 - a) Apólice de seguro (por veículo)
 - b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), exigível no ano corrente, devendo ser reapresentado anualmente.

DA MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS

- 6.9. A contratada se compromete a manter os veículos limpos e em boas condições operacionais, mecânicas e elétricas, funilaria, pintura e pneus, executando regulagens e reparos necessários e substituindo as peças que, por defeito ou desgaste normal, prejudiquem o seu bom desempenho.
- 6.10. Os pneus deverão ser substituídos por novos, devidamente balanceados e alinhados, sempre que houver seu desgaste normal, ficando sobre responsabilidade da CONTRATADA monitorar suas condições.
- 6.11. A Prefeitura de Juatuba notificará a contratada sobre qualquer defeito ou má condição dos veículos, quando estes não forem sanados por iniciativa do motorista.
- 6.12. Os técnicos da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, terão livre acesso ao pátio onde os veículos estiverem localizados para fins de execução de consertos ou substituição de peças, munidos da ordem de serviço expedida pela CONTRATADA, desde que, devidamente acompanhados pelo motorista responsável pelo veículo.
- 6.13. Quando os veículos necessitarem de serviços de manutenção externa, a CONTRATADA será responsável pela sua retirada e devolução.
 - 6.13.1. Quando houver agendamento de manutenção de veículos que impeça a prestação dos

serviços, é de responsabilidade da CONTRATADA realizar a disponibilização de outro veículo para prestação de serviços.

6.14. É responsabilidade da CONTRATADA substituir o veículo por outro similar, imediatamente em caso de manutenção preventiva/corretiva e em caso de sinistro, roubo, incêndio ou perda total.

6.14.1. Em qualquer das hipóteses, a contratada deverá providenciar a substituição imediatamente, limitado ao prazo máximo de 1h (uma hora);

6.15. Diante da necessidade de substituição de veículos por quaisquer motivos, o veículo substituído deverá ser similar ou superior ao substituído, sem ônus para a Prefeitura;

6.16. A entrega/transporte do veículo locado em substituição ao avariado/sinistrado ou quaisquer outras situações é de inteira responsabilidade da contratada;

DOS SEGUROS DOS VEÍCULOS

6.17. A contratada deverá disponibilizar 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, o serviço de socorro mecânico com guincho, bem como transporte dos passageiros do veículo em caso de sinistro ou pane, sendo de sua inteira responsabilidade e sem custo adicional para a Prefeitura.

6.18. Os veículos locados deverão ter cobertura de seguro total contra avarias por colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, pára-brisas, faróis e perda total do veículo, veículos de terceiros, danos pessoais (materiais e corporais).

6.18.1. A cobertura de riscos para danos materiais causados a terceiros (DM) no valor mínimo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), danos corporais causados a terceiros (DC) no valor mínimo de R\$100.000,00 (cem mil reais), acidente por passageiro (APP) no caso de morte de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e acidente por passageiros (APP) no caso de invalidez de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

6.19. Em caso de sinistro, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Transporte obrigatoriamente:

6.19.1. Boletim de Ocorrência Policial

6.19.2. Cópia de documentos pessoais do condutor do veículo.

DOS CONDUTORES

6.20. Os condutores deverão cumprir todas as exigências da legislação de trânsito.

6.21. Somente poderão conduzir veículos os condutores previamente aprovados pelo Município, mediante autorização específica, precedida da comprovação das seguintes condições:

I - Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

II - Ser portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria específica para o veículo que conduzirá, inclusive informando que "exerce atividade remunerada";

III - Ausência de infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;

6.21.1. As multas porventura imputadas aos veículos em locação, em função das infrações à legislação de trânsito, deverão ser pagas pela CONTRATADA, respeitando o prazo legal.

INFORMAÇÕES GERAIS

6.22. Todos os veículos disponibilizados deverão contar com mecanismos certificados, lacrados e invioláveis que possibilita a real aferição diária da quilometragem rodada, e possuir equipamento específico para monitoramento do veículo em tempo real (rastreador), bem como a aferição da

quilometragem por meio de relatórios emitidos por meio de GPS (Sistema de Posicionamento Global).

6.23. Mensalmente, o Setor de Transportes ou a Secretaria requisitante irá realizar a "Abertura da Franquia" mediante envio da Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.

6.23.1. A partir da data de recebimento serão contados os 30 (trinta) dias para uso da franquia e, apenas mediante os relatórios de prestação de serviços (parte diária), para fins de apuração do serviço executado e dos eventuais quilômetros excedentes, será autorizada a emissão da Nota Fiscal.

6.23.2. As Partes Diárias deverão ser preenchidas pelos motoristas, conforme modelo disponibilizado pela CONTRATANTE, sendo submetida à conferência e acompanhamento do Setor de Transportes e/ou Secretaria Requisitante.

6.24. Todos os veículos utilizados e fornecidos deverão estar em plenas condições de habilitação frente aos órgãos de trânsito, em especial ao DETRAN/MG, podendo ser requerida pela CONTRATANTE a qualquer tempo, as eventuais documentações comprobatórias.

6.25. Os veículos serão utilizados em vias pavimentadas e não pavimentadas.

6.25.1. Os veículos locados serão utilizados em áreas urbanas, áreas rurais, estradas federais, estaduais, municipais, vicinais e de fazendas, em viagens municipais, intermunicipais e/ou interestaduais, conforme demanda.

6.26. A quilometragem dos veículos é estabelecida através de franquias nas quantidades definidas na descrição de cada item, mediante abertura mensal, sendo passível o uso de quilometragem excedente, quando necessário.

6.26.1. Caso não haja abertura da franquia, fica a CONTRATANTE, desobrigada de realizar pagamentos de qualquer espécie.

7 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O critério de aceitabilidade de preços será o **menor valor por item/lote** estimado para a contratação.

7.1.1. Cada lote será composto pelo item "veículo" e pelo item "km excedente" correspondente.

7.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

8 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E/OU FINANCEIRA

8.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de, no mínimo 01 (um) atestado, ou contrato emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4. Cabe ao fornecedor apresentar Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9 – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. Caberá a licitante apresentar as seguintes declarações juntamente com a proposta:

- 9.1.1. Declaração que o licitante disporá, mediante homologação do processo, de infraestrutura e mão de obra especializada suficiente para execução do objeto.

10 – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO – NA ENTREGA

10.1. O recebimento inicial do veículo, referente ao primeiro atendimento para prestação de serviço da Ata, ocorrerá no momento de apresentação do mesmo, devendo o veículo ser apresentado em até 30 dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.

10.2. Mensalmente, os serviços prestados serão recebidos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do fechamento da franquia mensal, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, na falta da prestação de serviços, haverá a glosa proporcional aos dias sem disponibilidade do veículo, que será calculada pelo Setor de Transportes e/ou fiscal do Contrato.

- 10.2.1. A emissão da nota será autorizada apenas mediante eventuais ajustes entre CONTRATADO e CONTRATANTE.

10.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11 – DAS GARANTIAS

11.1. Será exigida Garantia Contratual, para a presente contratação, ficando à critério da CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.2. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, para apresentar comprovante de prestação de garantia em uma das modalidades descritas acima.

11.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

11.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

11.5. O valor da garantia deverá ser de 5% do valor do contrato, a ser celebrado a partir da Ata de Registro de Preços.

11.6. A vigência da garantia contratual deverá ser compatível com a vigência do contrato, devendo de estender por, no mínimo 90 dias após o término do mesmo.

11.7. A referida garantia deverá suprir prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, sendo:

11.7.1. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no

item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

- 11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica a ser informada após assinatura contratual, com correção monetária.
- 11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.14. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.15. Será considerada extinta a garantia:
- 11.15.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15.2. após 90 (noventa) dias do término da vigência do contrato.
- 11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.17. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR, no Edital e no Contrato.
- 11.18. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.19. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

12- DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E QUANTIDADES

- 12.1. Os quantitativos foram dimensionados a partir das quantidades do contrato emergencial 0061/2023 que será substituído. Para fins de refinamento dessa demanda, o Setor de Transportes enviou a CI 0079/2023 para todas as Secretarias Municipais solicitando que avaliassem os serviços ora executados, tanto se tratando dos moldes de execução (franquia ou km livre) quanto as quantidades e especificações dos veículos, de forma a refinar a demanda na presente contratação em relação à realidade da Prefeitura.

13- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SECRETARIA	FICHA	FONTE	DOTAÇÃO
Saúde	517	1.500	0001.0910.08.0122.0100.2196.3.3.90.30.00.00
Melo Ambiente	996	1.500	0001.1110.040122.0100.2243.3.3.90.39.00.00

Educação	276	1.500	0001.0721.12.0361.0102.2146.3.3.90.39.00.00
----------	-----	-------	---

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. Manter os veículos em plenas condições de manutenção, principalmente atendendo aos quesitos de segurança.
- 14.2. Manter os veículos em plenas condições de regulamentação frente aos órgãos de transporte como o DETRAN/MG e o CONTRAN.
- 14.3. Ter cobertura de riscos para danos materiais causados a terceiros, danos corporais causados a terceiros, acidente por passageiro no caso de morte e no caso de invalidez.
- 14.4. Arcar com as despesas de emplacamento, IPVA e Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil;
- 14.5. Substituir o veículo por outro similar, imediatamente em caso de manutenção preventiva/corretiva e no prazo máximo de 01 (uma) hora, em caso de sinistro, roubo, incêndio ou perda total, conforme citado no item 6.12.
 - 14.5.1. Arcar com todas as multas de trânsito dos veículos após a contratada apresentar as notificações e/ou multas e o comprovante de pagamento da infração.
 - 14.5.2. Arcar com todas as despesas de combustíveis e operação do veículo, bem como, salários e encargos dos motoristas;
- 14.6. Promover a substituição do veículo por outro de mesma marca, modelo e características descritas no objeto deste contrato, quando o veículo completar 150.000 (cento e cinquenta mil) quilômetros;
- 14.7. Entregar na data aprazada e no local combinado, o serviço / produto descrito e especificado na sua proposta, em perfeitas e absolutas condições de uso.
- 14.8. A contratada deverá:
 - 14.8.1. Executar o objeto desta licitação, obedecendo rigorosamente às normas inerentes à atividade empresarial e instruções da fiscalização da Prefeitura.
 - 14.8.2. Informar à fiscalização do contrato a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do objeto desta licitação dentro do prazo previsto, sugerindo as medidas que melhor entender para corrigir a situação.
 - 14.8.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, sob pena de rescisão do contrato administrativo, bem como a documentação do veículo locado em conformidade com a legislação.
 - 14.8.4. Não ceder ou transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem a anuência da CONTRATANTE.
 - 14.8.5. Responder pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à Prefeitura de Juatuba ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.
- 14.9. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA se responsabiliza por manter sua frota de veículos atualizada, vindo a substituir os veículos com problemas recorrentes.

15 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:
 - 15.1.1. Utilizar o veículo apenas para o fim que se destina, obedecida a legislação vigente;
 - 15.1.2. Pagar pelos serviços prestados da forma estabelecida no edital;

- 15.1.3. Identificar os usuários autorizados a utilizar os serviços;
- 15.2. Comunicar à(s) CONTRATADA(s) qualquer(is) irregularidade(s) que venha(m) a ocorrer durante a execução do instrumento de contrato.
- 15.3. Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- 15.4. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato;
- 15.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA, em relação ao objeto licitado;
- 15.6. Fiscalizar a execução do objeto contratado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da(s) contratada(s) pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 15.7. Rejeitar o objeto da licitação de má qualidade ou em desconformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;
- 15.8. Realizar a glosa dos pagamentos proporcionalmente ao período em que o serviço não for prestado de forma adequada.

16 – DA GESTÃO DO CONTRATO

Nome	José Márcio de Oliveira
Função	Secretário Municipal de Administração
Matrícula	004584
CPF	590.202.616-49
Unidade de serviço	Secretaria Municipal de Administração
Telefone	3535-8320
E-mail	administracao1@juatuba.mg.gov.br

17 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;
 - 17.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 17.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
 - 17.3.1. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 17.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 17.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 17.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
 - 17.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá

onerar o objeto do contrato.

- 17.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.8. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de habilitação da empresa;
- 17.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e Municipais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 17.10. Poderão ser exigidos, a qualquer momento, os documentos que comprovem o vínculo dos motoristas, bem como sua regularidade frente a legislação vigente.

Nome	Bruna Carolina De Oliveira Pereira
Função	Coordenadora de Área
Matrícula	004523
CPF	019.435.926-32
Unidade de serviço	Setor de Transportes
Telefone	(31) 3535-9404
E-mail	transporte@juatuba.mg.gov.br

18 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 18.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

19 – DO REAJUSTE OU REEQUILÍBRIO

- 19.1. Quanto às condições para alteração de preços, este estará sujeito a solicitação explícita e fundamentada pelo fornecedor.
- 19.1.1. Quanto ao reajuste, será aplicado o índice IGP-M, mediante solicitação, após o interregno mínimo de 12 meses, a contar da proposta ajustada.
- 19.1.2. O preço fixado poderá ser alterado por reajuste ou revisão a fim de assegurar o equilíbrio econômico financeiro do Contrato, de acordo com a Legislação vigente.
- 19.1.3. Os valores resultantes de dissídio coletivo e aumento do salário mínimo estarão sujeitos a reequilíbrio, desde que haja alteração no piso da categoria e sua incidência seja comprovada, sendo no mesmo percentual concedido a título de dissídio, acordo ou convenção coletiva.
- 19.1.4. Para obtenção do reequilíbrio econômico-financeiro e/ou reajuste a CONTRATADA deverá formalizar, mediante realização de protocolo.

20 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 20.1. Os relatórios de prestação de serviços serão efetuados no primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação do serviço e os pagamentos serão realizados em até 15 (quinze) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, aprovada pelo Órgão responsável pelo serviço, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia em que não houver expediente na Prefeitura Municipal.
- 20.2. O MUNICÍPIO DE JUATUBA solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.
- 20.3. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados, descontadas as quantidades de serviços não aceitas e/ou glosadas, pelo MUNICÍPIO DE JUATUBA por motivos imputáveis à CONTRATADA, bem como as multas estabelecidas em termos de quantitativos de

serviços, previstas em Contrato.

20.3.1. Caso algum veículo locado não esteja disponível para utilização, respeitando os prazos de manutenção e reposição dos veículos inaptos ao uso estabelecidos no item 6, será deduzido do valor mensal da fatura, o período proporcional (em dias) no qual o veículo não estava disponível).

20.4. Mediante os devidos alinhamentos necessários e, após emissão e aceite da nota fiscal, a mesma será encaminhada para pagamento, acompanhada do comprovante de recolhimento de multas aplicadas no período, se houver.

20.5. O pagamento será efetuado através de Depósito Bancário, em Conta Corrente da Contratada, descrita na Nota Fiscal.

20.6. A liberação do pagamento estará condicionada à apresentação por parte da Contratada de cópia das guias de recolhimento de INSS, FGTS, Folha de Pagamento da respectiva mão de obra utilizada no período e ainda CND Federal, CND Municipal, CNDT e CRF do FGTS juntamente com a Nota Fiscal/fatura.

21 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

21.1. De acordo com o Decreto Municipal nº 2.911/2023, que dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por órgãos da Administração Direta, as Entidades Autárquicas e Fundacionais do Município de Juatuba, acompanhado do manual e da Portaria que definem as novas regras de incidência e retenção do Imposto de Renda, município de Juatuba será responsável pelo recolhimento/retenção do I.R – Imposto de Renda, sobre o valor referente aos serviços prestados.

21.1. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direito ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista tributária, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à fornecedora vencedora.

21.2. A contratante poderá requisitar acréscimos aos quantitativos previstos para atendimento de necessidades eventuais ou permanentes, bem como a supressões de até 25%, observados os limites legais.

21.3. Caberá a licitante apresentar as seguintes declarações:

21.1.1. Declaração que o licitante dispõe de infra-estrutura suficiente para execução do objeto.

21.1.2. Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.

DA ASSINATURA DO CONTRATO

21.4. O Município de Juatuba/MG convocará o licitante vencedor para assinar o contrato em até 05 (cinco) dias úteis.

21.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo adjudicatário, por escrito, desde que ocorram motivos determinantes, aceitos pelo Município de Juatuba/MG.

21.6. Convocado, na forma dos itens 21.4 e 21.5, o adjudicatário que não comparecer no prazo e condições estabelecidas, decairá do direito à contratação, ficando sujeito às penalidades cabíveis.

21.7. Na hipótese do item 17.3, o Município de Juatuba/MG convocará outro adjudicatário, observada a ordem de classificação na licitação.

21.8. No momento de assinatura da Ata, caberá ao licitante homologado apresentar a relação dos veículos que serão direcionados para o atendimento inicial da Ata, informando as marca e modelos.



ofertados se enquadram no descritivo exigido neste Termo de Referência, passíveis de efetivação do serviço mediante envio da Autorização de Fornecimento.

21.8.1. Esta relação deverá ser enviada ao Setor de Contratos, que submeterá a avaliação do Setor de Transportes da Prefeitura de Juatuba, na pessoa da sra. Bruna Carolina De Oliveira Pereira, Coordenadora de Área.


21.8.2. Caso haja alguma divergência, o fornecedor terá o prazo de 24 para envio de nova listagem.

SUBCONTRATAÇÃO

21.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Bruna Carolina De O. Pereira
Setor de Transportes


Stella Missy C. D'Ávila
Suprimentos

RESPONSÁVEIS PELA APROVAÇÃO

Lorena Evellyn Martins
Secretária de Meio Ambiente

Pedro Henrique Nunes De Oliveira
Secretário de Saúde

Denise Reis Navarro
Secretária de Educação

EMBRANCO



PREGÃO ELETRÔNICO 61/2023

UASG 982691

EDITAL RETIFICADO 2

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS para a futura e eventual **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR** para atender às demandas das secretarias do Município.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

O Município de Juatuba/MG reserva-se ao direito de só divulgar o valor estimado após o encerramento da fase de lances do Pregão conforme descrito no ANEXO I.

DATA DA E LOCAL SESSÃO PÚBLICA

Dia 18 de MARÇO de 2024 às 08:30 horas (horário de Brasília) COMPRASNET –
www.comprasgovernamentais.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por LOTE

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

ANEXOS

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II- Modelo de Proposta

Anexo III- Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo IV- Minuta do Contrato

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2023

Processo Administrativo nº 313/2023

O Município de Juatuba, através do seu Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria n.º 26 de 17 de maio de 2023, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2896 de 03 de fevereiro de 2023, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório, comunica que fará realizar na hora e local abaixo descritos, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, mediante condições a seguir especificadas.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a futura e eventual **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR** para atender as demandas das secretarias do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo objeto social seja compatível com o licitado e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o

microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.7. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.9. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio".

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. A vedação de que trata o item 2.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, ocorrerá a fase de apresentação de propostas e lances e de julgamento, posteriormente a fase de habilitação.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em

seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca e modelo dos veículos ofertados; (quando estes já estiverem disponíveis, a falta desta informação não desclassifica a proposta)

4.1.3. Fabricante quando for o caso;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de

pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Não serão aceitas propostas com quantitativos inferiores ao do edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. Será desclassificada a proposta que não mantenha sob sigilo a identificação do licitante antes da finalização da etapa de lances.

5.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7. **O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO (lote)**

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta serão aqueles informados no sistema devido a variação de itens.

5.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno

porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento) na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por

parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.4 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7.6. A inexequibilidade da proposta só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.6.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos abaixo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3. REGULARIDADE FISCAL E SOCIAL

- a) Certidão conjunta como Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e Regularidade com a Fazenda Federal, observada sua validade.
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), observada sua validade.
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Municipal e Estadual/Distrital, observada sua validade.

7.4. REGULARIDADE TRABALHISTA

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com a redação dada pela Lei Federal nº 12.440/2011.

7.5. Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira que consistirá em:

7.5.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato/fornecimento, conforme art. 69 da Lei nº 14.133/21 e deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

a.1 Será permitida a participação de pessoa jurídica que esteja em recuperação judicial, sendo exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, o Plano de Recuperação homologado por juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste Edital.

- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

c) Comprovação da boa situação financeira da empresa, mediante a apresentação da memória de cálculo, em folha separada, **assinada por profissional competente da área contábil** (conforme permitido no § 1º do art. 69 da Lei 14.133/21), demonstrando Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), demonstrando o atendimento aos índices a seguir expostos:

$$a) \text{ ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$b) \text{ ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

$$c) \text{ ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

c.1. Caso os índices não alcancem os parâmetros acima estabelecidos, poderão ser substituídos pela comprovação do patrimônio líquido, com valor de 10% (dez por cento) do total estimado para a contratação.

7.7.2 No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial.

7.6. Será considerada inabilitada a licitante que não conseguir comprovar a boa situação financeira da empresa conforme acima exposto.

7.7. Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório/órgão competente ou pelo Pregoeiro ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital (preferencialmente em PDF), no prazo estipulado pelo pregoeiro via chat, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a inserção dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12.3. na aplicação / utilização do Acórdão 1211/2021.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A - Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que conste a comprovação que a CONTRATADA prestou serviço de **LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM CONDUTOR**.

1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

2. O licitante disponibilizará quando lhe for solicitado todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

B - No caso de Cooperativa: Registro da mesma na OCEMG;

C - Declaração que o licitante disporá, mediante homologação do processo, de infraestrutura e mão de obra especializada suficiente para execução do objeto.

7.17. Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório/órgão competente ou pelo Pregoeiro ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.18. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.18.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.19. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.19.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.20. A verificação pelo pregoeiro, em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.20.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital (preferencialmente em PDF), no prazo estipulado pelo pregoeiro via chat, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.21. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.21.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.22. Após a inserção dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.22.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.22.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.22.3. na aplicação / utilização do Acórdão 1211/2021.

7.23. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo e fora do sistema não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar;
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o

descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.5. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão designada.

9.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.7. Demais sanções conforme Decreto Municipal nº 2931 de 17 de maio de 2023.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados via INTERNET para o endereço eletrônico licitacao@juatuba.mg.gov.br.

10.4. A impugnação não possui efeito suspensivo e será decidida sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.


11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), www.comprasgovernamentais.gov.br (comprasnet) e endereço eletrônico www.juatuba.mg.gov.br.

Juatuba, 29 de fevereiro de 2024


José Marcio de Oliveira
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**1 OBJETO**

1.1 Constitui o objeto da presente licitação a futura e eventual **locação de veículos leves e utilitários com combustível e condutor** para atender as demandas das secretarias do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA e edital.

1.2 *Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.*

2 JUSTIFICATIVA

- 2.1** A presente contratação almeja suprir as demandas dos contratos 0051/2021 e 161/2019 que não foram renovados, bem como do contrato emergencial 0061/2023.
- 2.2** Trata-se de um serviço de natureza essencial do serviço, que atenderá desde demandas administrativas e de movimentação de materiais, até a movimentação de pacientes do Tratamento Fora do Município (TFD), inclusive pacientes oncológicos e de hemodiálise para tratamento nos centros de saúde especializados parceiros do Município de Juatuba. Os veículos atenderão, ainda, as visitas ambientais e a movimentação de animais pelo Animal Luz e a movimentação de alimentos para a merenda escolar.
- 2.3** A decisão entre veículos com e sem motorista levou em consideração as demandas apontadas pela secretarias, correlacionadas à disponibilidade de motoristas efetivos e de veículos próprios, no intuito de redistribuir as atividades entre efetivos e serviços terceirizados, reduzindo a sobrecarga e o excesso de horas de trabalho excedentes.
- 2.4** Ressaltamos que a demanda de veículos não se faz líquida e certa. Mesmo considerando que o Setor de Transportes fez um levantamento junto às Secretarias, a necessidade de inclusão de novos veículos bem como a modificação do tipo de veículo (exemplo, troca de Hatch para Sedan) para melhor atendimento às demandas é algo latente na presente administração. Tais mudanças têm ocorrido tanto conforme disponibilidade financeira para contratação, quanto para adequar aos tipos de serviços prestados pelo município. Há que se considerar ainda outras demandas que são incertas, como, por exemplo, a possibilidade de locação de um veículo utilitário para movimentação de animais para o Projeto Animal Luz, que ainda não é líquida e certa, porém é almejada. Desta forma, optamos pela contratação via Sistema de Registro de Preços, para garantir esta flexibilidade no atendimento da demanda.

- 2.5 Urge salientar que a opção por terceirizar este tipo de serviços se dá por diversos fatores que foram ponderados durante o processo decisório, dentre eles: Não requer da Administração estrutura para gestão, manutenção e reparos de veículos; garante a continuidade do serviço posto que não oscila com veículos quebrados ou sucateados, dispondo, como característica básica do contrato a disponibilização de veículos semi-novos, modernos, confortáveis e com seguro.
- 2.6 Considerando a necessidade de padronização, optou-se por veículos com cores discretas (branco, prata ou cinza), principalmente para garantir o acesso nas periferias do município de maneira discreta, prezando pela segurança dos servidores e dos munícipes.
- 2.7 A natureza do objeto a ser contratado, do tipo **comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

3 DESCRIÇÃO DOS ITENS

Item	Código	Descrição do Produto	Quantidade de	Unidade
0001	00001 4022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS TIPO FURGÃO PARA O VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO CLIMATIZADO	12.000	KM
0002	00001 4022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS KILOMETRAGEM EXCEDENTE MÁXIMO DE 1000 KM MENSAL PARA O VEÍCULO DE PASSEIO 4 PASSAGEIROS EM ATÉ 70% DO VALOR DO KM	12.000	KM
0003	00001 4022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS KILOMETRAGEM EXCEDENTE MÁXIMO DE 1000 KM MENSAL PARA O VEÍCULO TIPO PICKUP CABINE DUPLA DE 4 PASSAGEIROS EM ATÉ 70% DO VALOR DO KM	12.000	KM
0004	00001 4022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS KILOMETRAGEM EXCEDENTE MÁXIMO DE 2000 KM MENSAL Para o veículo tipo veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	36.000	KM
0005	00001 4022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS KILOMETRAGEM EXCEDENTE MÁXIMO DE 2000 KM MENSAL Para o veículo tipo veículo de passeio 6 passageiros em até 70% do valor do km	24.000	KM
0006	00000 0157	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO TIPO FURGÃO LOCAÇÃO DE VEÍCULO LEVE E UTILITÁRIO VEÍCULO UTILITÁRIO REFRIGERADO PARA MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, TIPO FURGÃO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, CABINE SIMPLES, COM CONDUTOR, COM COMBUSTÍVEL CAPACIDADE 01 PASSAGEIRO E 1 MOTORISTA, 02 (DUAS) PORTAS LATERAIS, MOTOR BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ETANOL) POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 88 CV (ETANOL) 85 CV (GASOLINA) MOTOR MÍNIMO 1.4, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS, COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3000 LITROS E 400KG. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: A ÁREA DE REFRIGERAÇÃO DEVERÁ SER CONSTITUÍDA DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E ATÓXICO, DEVE POSSUIR O PISO E AS LATERAIS DA CARROCERIA ISENTOS DE FRESTAS OU BURACOS IMPEDINDO A PASSAGEM DE UMIDADE E/OU POEIRA PARA A CARGA, BEM COMO O VAZAMENTO DE RESÍDUOS, DEVE POSSUIR SISTEMA	24	SV

		GERADOR DE FRIO, CONSERVANDO A TEMPERATURA ENTRE -18 E -12 °C. ESTE VEÍCULO DEVERÁ CONTAR COM PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO - POP - DE LIMPEZA E UTILIZAR SOMENTE PRODUTOS DE LIMPEZA REGULARIZADOS JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) CONFORME ORIENTAÇÕES DAS NUTRICIONISTAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. DEVERÁ DISPOR DE TERMÔMETRO CALIBRADO PARA ACOMPANHAMENTO DA TEMPERATURA. ANO DE FABRICAÇÃO 2018 / MODELO 2019 OU POSTERIOR. INCLUSO SISTEMA DE TELIMETRIA (RASTREADOR). FRANQUIA DE 2.000 KM/MÊS COM EXCEDENTE DE MÁXIMO DE 1000 KM A ATÉ 70% DO VALOR DO KM PREFERENCIALMENTE DA COR BRANCA.		
0007	00001 1969	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM CONDUTOR, COM COMBUSTÍVEL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA INCLUSAS E SEGURO CONTRA TERCEIROS. VEÍCULO HATCH, COM CAPACIDADE 04 (QUATRO) PASSAGEIROS, 04 PORTAS LATERAIS, MOTOR 03 CILINDROS, BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL) POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 82 CV, MOTOR 1.0 OU SUPERIOR, DIREÇÃO ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS, TRAVA ELÉTRICA DAS 04 PORTAS, COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 280 LITROS, DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, SISTEMA DE PARTIDA A FRIO SEM RESERVATÓRIO ADICIONAL DE GASOLINA, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB, ANO DE FABRICAÇÃO 2022 / MODELO 2022 OU POSTERIOR. FRANQUIA DE 2.000 KM/MÊS COM EXCEDENTE MÁXIMO DE 1000 KM A ATÉ 70% DO VALOR DO KM VEÍCULOS DE COR BRANCO E CINZA	24	SV
0008	00001 1969	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO, COM CONDUTOR, COM COMBUSTÍVEL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA INCLUSAS E SEGURO CONTRA TERCEIROS. VEÍCULO TIPO MINIVAN, COM CAPACIDADE DE 6 (SEIS) PASSAGEIROS, 04 PORTAS LATERAIS, MOTOR 04 CILINDROS, BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL) POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 108 CV, MOTOR MÍNIMO 1.6, DIREÇÃO ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS, TRAVA ELÉTRICA DAS 04 PORTAS, COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 160, DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, SISTEMA DE PARTIDA A FRIO, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB, ANO DE FABRICAÇÃO 2022 OU POSTERIOR. INCLUSO SISTEMA DE TELIMETRIA (RASTREADOR). FRANQUIA DE 4.000KM / MÊS COM EXCEDENTE MÁXIMO 2000 KM A ATÉ 70% DO VALOR DO KM VEÍCULOS DE COR BRANCO OU CINZA	36	SV
0009	00001 1969	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR, COM CONDUTOR, COM COMBUSTÍVEL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA INCLUSAS E SEGURO CONTRA TERCEIROS. VEÍCULO HATCH, COM CAPACIDADE 04 (QUATRO) PASSAGEIROS, 04 PORTAS LATERAIS, MOTOR 03 CILINDROS, BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL) POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 82 CV, MOTOR 1.0 OU SUPERIOR, DIREÇÃO ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS, TRAVA ELÉTRICA DAS 04 PORTAS, COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 280 LITROS, DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, SISTEMA DE PARTIDA A FRIO SEM RESERVATÓRIO ADICIONAL DE GASOLINA, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB, ANO DE FABRICAÇÃO 2022 OU POSTERIOR. INCLUSO SISTEMA DE TELIMETRIA (RASTREADOR). FRANQUIA DE 4.000 KM / MÊS COM EXCEDENTE DE MÁXIMO DE 2000 KM A ATÉ 70% DO VALOR DO KM VEÍCULOS DE CORES BRANCO OU CINZA	60	SV
0010	00000 0158	LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK-UP CABINE DUPLA. VEÍCULO TIPO PICK UP CABINE DUPLA - 4 PORTAS UTILITÁRIO, TIPO PICK-UP 04 PORTAS DE FABRICAÇÃO NACIONAL, CABINE DUPLA, COM CONDUTOR E COM COMBUSTÍVEL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA INCLUSAS, LIMPEZA E SEGURO CONTRA TERCEIROS INCLUSOS.	24	SV

		CAPACIDADE 04 PASSAGEIROS, 04 (QUATRO) PORTAS, MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA/ÁLCOOL) POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 88 CV (ETANOL) 85 CV (GASOLINA), MOTOR MÍNIMO 1.3, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS, COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 800 LITROS, CARGA ÚTIL MÁXIMA DE 650 KG, TAMPA DA CAÇAMBA COM AMORTECEDOR E CHAVE, BARRA DE APOIO PARA CARGA NO TETO, GRADE PROTETIVA DA JANELA TRASEIRA, COM CARROCERIA COBERTA, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2022, INCLUSO SISTEMA DE TELIMETRIA (RASTREADOR), FRANQUIA DE 2.000 KMMES COM EXCEDENTE MÁXIMO DE 1000 KM A ATÉ 70% DO VALOR DO KM, VEÍCULO DE COR BRANCO E CINZA		
--	--	---	--	--

OS LOTES SERÃO FORMADOS DA SEGUINTE FORMA:

LOTE 001 – VEÍCULO (05 LUGARES)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
04	014022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS Para o veículo tipo veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	36000	km	12000
09	014022 011969	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (SAÚDE) Locação de veículos de passeio de fabricação nacional, com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva incluídas e seguro contra terceiros. Veículo hatch, com capacidade 04 (quatro) passageiros, 04 portas laterais, motor 03 cilindros, bicomcombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 82 cv, motor 1.0 ou superior, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 280 litros, desembacador do vidro traseiro, sistema de partida a frio sem reservatório adicional de gasolina, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB, ANO DE FABRICAÇÃO 2022 / MODELO 2022 OU POSTERIOR. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 4.000km / mês com excedente de até 2000 km a até 70% do valor do km - Veículo de cor BRANCA e CINZA	60	SV	12

LOTE 002 – VEÍCULO (07 LUGARES)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
05	014022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS Para o veículo tipo veículo de passeio 6 passageiros em até 70% do valor do km	24000	KM	12000
06	011969	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (SAÚDE) Locação de veículo de passeio (04 portas), com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva incluídas e seguro contra terceiros. Veículo tipo minivan, com capacidade mínima de 06 (seis) passageiros, 04 portas laterais, motor 04 cilindros, bicomcombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 106 cv, motor mínimo 1.6, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 160, desembacador do vidro traseiro, sistema de partida a frio, rádio AM/FM com saída USB, Ano de fabricação 2022 / modelo 2022 ou posterior. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 4.000km / mês com excedente de até 2000 km a até 70% do valor do km - Veículos de cor BRANCO e CINZA	36	SV	12

LOTE 003 – VEÍCULO (05 LUGARES)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
003		KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS Para o veículo tipo pickup veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	12000	KM	6.000
010		LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK-UP CABINE DUPLA (MEIO AMBIENTE) Utilitário, tipo pick-up 04 portas de fabricação nacional, cabine dupla, com condutor e com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva incluídas; limpeza e seguro contra terceiros incluídos. Capacidade 04 passageiros, 04 (quatro) portas, motor bicomcombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 88 cv (etanol) 85 cv (gasolina), motor mínimo 1.3, direção hidráulica, ar condicionado, vidros elétricos, trava elétrica das portas, compartimento	24	SV	12000

		de carga com capacidade mínima de 800 litros, carga útil máxima de 650 kg, tampa da caçamba com amortecedor e chave, barra de apoio para carga no teto, grade protetiva da janela traseira, com carroceria coberta, Rádio AM/FM com saída USB. - Ano de fabricação a partir de 2022. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 2.000 KM/MÊS com excedente de até 1000 km a até 70% do valor do km - Veículo de cor BRANCO e CINZA			
--	--	---	--	--	--

LOTE 004 – VEÍCULO (05 LUGARES)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
002	014022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS Para o veículo tipo veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	12000	KM	6000
007	011969	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (MEIO AMBIENTE) Locação de veículos de passeio de fabricação nacional, com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva inclusas e seguro contra terceiros. Veículo hatch, com capacidade 04 (quatro) passageiros, 04 portas laterais, motor 03 cilindros, bicombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 82 cv, motor 1.0 ou superior, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 280 litros, desembacador do vidro traseiro, sistema de partida a frio sem reservatório adicional de gasolina, rádio AM/FM com saída USB. Ano de fabricação 2022 / modelo 2022 ou posterior. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 2000 quilômetros com excedente de até 1000 km a até 70% do valor do km - Veículo de cor BRANCA e CINZA	24	SV	12

LOTE 005 – VEÍCULO (02 LUGARES)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
001	014022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS TIPO FURGÃO Para o veículo tipo utilitário climatizado	12000	KM	6000
006	000157	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO TIPO FURGÃO (EDUCAÇÃO) Locação de veículo leve e utilitário Veículo utilitário refrigerado para movimentação de produtos alimentícios, tipo furgão, de fabricação nacional, cabine simples, com condutor, com combustível. Capacidade 01 passageiro e 1 motorista, 02 (duas) portas laterais, motor bicombustível (gasolina/etanol) potência igual ou superior a 88 cv (etanol) 85 cv (gasolina) motor mínimo 1.4, direção hidráulica, ar condicionado, vidros elétricos, trava elétrica das portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 3000 litros e 400kg. Características adicionais: a área de refrigeração deverá ser constituída de material liso, resistente, impermeável e atóxico; deve possuir o piso e as laterais da carroceria isentos de frestas ou buracos impedindo a passagem de umidade e/ou poeira para a carga, bem como o vazamento de resíduos, deve possuir sistema gerador de frio, conservando a temperatura entre -18 e -12 °C. Este veículo deverá contar com procedimento operacional padronizado - pop - de limpeza e utilizar somente produtos de limpeza regularizados junto à agência nacional de vigilância sanitária (anvisa) conforme orientações dos nutricionistas da secretaria de educação. Deverá dispor de termômetro calibrado para acompanhamento da temperatura. Ano de fabricação 2018 / modelo 2019 ou posterior. Incluso sistema de telemetria (rastreador). Franquia de 2.000 km/mês com excedente de até 1000 km a até 70% do valor do km Preferencialmente da cor branca	24	SV	12

3.1. No campo Unidade, a sigla SV refere-se a serviço, ou seja, o serviço de locação para 12 meses multiplicados pela quantidade de veículos.

- 3.1.1. No lote 01 serão locados 05 (cinco) veículos conforme descrição do item;
3.1.2. No lote 02 será locado 03 (três) veículo conforme descrição do item;
3.1.3. No lote 03 será locado 02 (dois) veículo conforme descrição do item;
3.1.4. No lote 04 serão locados 02 (dois) veículos conforme descrição do item;
3.1.5. No lote 05 serão locados 02 (dois) veículos conforme descrição do item.

4- DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.1 O condutor deverá ser da empresa contratada e com experiência no tipo de transporte. Todos os custos com salários do condutor, alimentação e encargos trabalhistas, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.2 Os veículos devem apresentar-se identificados com placas "à serviço da Prefeitura de Juatuba", em até 24 horas após o início da prestação do serviço.
- 4.3 Os motoristas devem atuar sempre com cordialidade, auxiliando no embarque e desembarque de passageiros, bagagens e materiais, sempre que necessário ou solicitado.
- 4.4 Os condutores deverão estar habilitados para a categoria e possuir cursos compatíveis com o tipo de transporte, inclusive com a qualificação para quem "exerce atividade remunerada".
- 4.5 A CONTRATANTE, não arcará com ônus de qualquer natureza com o deslocamento do veículo da garagem do prestador de serviços, até o ponto de partida indicado pelo Setor de Transporte, dentro do município.
- 4.6 A CONTRATADA não poderá subcontratar outra prestadora de serviço para o mesmo objeto do contrato.
- 4.7 Caso o veículo apresente algum defeito (mecânico, elétrico, batidas que impossibilitem de executar o serviço) a empresa deverá disponibilizar imediatamente outro veículo para a conclusão e continuidade da prestação de serviços.
- 4.8 Os veículos deverão estar devidamente registrados e licenciados em nome da empresa contratada, que na ocasião da assinatura do Contrato e entrega do veículo, deverão apresentar:
 - a) Apólice de seguro (por veículo)
 - b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), exigível no ano corrente, devendo ser reapresentado anualmente.

DA MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS

- 4.9 A contratada se compromete a manter os veículos limpos e em boas condições operacionais, mecânicas e elétricas, funilaria, pintura e pneus, executando regulagens e reparos necessários e substituindo as peças que, por defeito ou desgaste normal, prejudiquem o seu bom desempenho.
- 4.10 Os pneus deverão ser substituídos por novos, devidamente balanceados e alinhados, sempre que houver seu desgaste normal, ficando sobre responsabilidade da CONTRATADA monitorar suas condições.
- 4.11 A Prefeitura de Juatuba notificará a contratada sobre qualquer defeito ou má condição dos veículos, quando estes não forem sanados por iniciativa do motorista.
- 4.12 Os técnicos da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, terão livre acesso ao pátio onde os veículos estiverem localizados para fins de execução de consertos ou substituição de peças, munidos da ordem de serviço expedida pela CONTRATADA, desde que, devidamente acompanhados pelo motorista responsável pelo veículo.

- 4.13 Quando os veículos necessitarem de serviços de manutenção externa, a CONTRATADA será responsável pela sua retirada e devolução.
- 4.13.1 Quando houver agendamento de manutenção de veículos que impeça a prestação dos serviços, é de responsabilidade da CONTRATADA realizar a disponibilização de outro veículo para prestação de serviços.
- 4.14 É responsabilidade da CONTRATADA substituir o veículo por outro similar, imediatamente em caso de manutenção preventiva/corretiva e em caso de sinistro, roubo, incêndio ou perda total.
- 4.14.1 Em qualquer das hipóteses, a contratada deverá providenciar a substituição imediatamente, limitado ao prazo máximo de 1h (uma hora);
- 4.15 Diante da necessidade de substituição de veículos por quaisquer motivos, o veículo substituto deverá ser similar ou superior ao substituído, sem ônus para a Prefeitura;
- 4.16 A entrega/transporte do veículo locado em substituição ao avariado/sinistrado ou quaisquer outras situações é de inteira responsabilidade da contratada;

DO SEGURO DOS VEÍCULOS

- 4.17 A contratada deverá disponibilizar 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, o serviço de socorro mecânico com guincho, bem como transporte dos passageiros do veículo em caso de sinistro ou pane, sendo de sua inteira responsabilidade e sem custo adicional para a Prefeitura.
- 4.18 Os veículos locados deverão ter cobertura de seguro total contra avarias por colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, pára-brisas, faróis e perda total do veículo, veículos de terceiros, danos pessoais (materiais e corporais).
- 4.18.1 A cobertura de riscos para danos materiais causados a terceiros (DM) no valor mínimo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), danos corporais causados a terceiros (DC) no valor mínimo de R\$100.000,00 (cem mil reais), acidente por passageiro (APP) no caso de morte de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e acidente por passageiros (APP) no caso de invalidez de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 4.19 Em caso de sinistro, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Transporte obrigatoriamente:
- 4.19.1 Boletim de Ocorrência Policial
- 4.19.2 Cópia de documentos pessoais do condutor do veículo.

DOS CONDUTORES

- 4.20 Os condutores deverão cumprir todas as exigências da legislação de trânsito.
- 4.21 Somente poderão conduzir veículos os condutores previamente aprovados pelo Município, mediante autorização específica, precedida da comprovação das seguintes condições:
- I - Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
 - II - Ser portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria específica para o veículo que conduzirá, inclusive informando que "exerce atividade remunerada";

III - Ausência de infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12(doze) meses;

4.21.1 As multas porventura imputadas aos veículos em locação, em função das infrações à legislação de trânsito, deverão ser pagas pela CONTRATADA, respeitando o prazo legal.

4.22 INFORMAÇÕES GERAIS

4.23 Todos os veículos disponibilizados deverão contar com mecanismos certificados, lacrados e invioláveis que possibilita a real aferição diária da quilometragem rodada, e possuir equipamento específico para monitoramento do veículo em tempo real (rastreador), bem como a aferição da quilometragem por meio de relatórios emitidos por meio de GPS (Sistema de Posicionamento Global).

4.24 Mensalmente, o Setor de Transportes ou a Secretaria requisitante irá realizar a "Abertura da Franquia" mediante envio da Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.

4.24.1 A partir da data de recebimento serão contados os 30 (trinta) dias para uso da franquia e, apenas mediante os relatórios de prestação de serviços (parte diária), para fins de apuração do serviço executado e dos eventuais quilômetros excedentes, será autorizada a emissão da Nota Fiscal.

4.24.2 As Partes Diárias deverão ser preenchidas pelos motoristas, conforme modelo disponibilizado pela CONTRATANTE, sendo submetida à conferência e acompanhamento do Setor de Transportes e/ou Secretaria Requisitante.

4.25 Todos os veículos utilizados e fornecidos deverão estar em plenas condições de habilitação frente aos órgãos de trânsito, em especial ao DETRAN/MG, podendo ser requerida pela CONTRATANTE a qualquer tempo, as eventuais documentações comprobatórias.

4.26 Os veículos serão utilizados em vias pavimentadas e não pavimentadas.

4.26.1 Os veículos locados serão utilizados em áreas urbanas, áreas rurais, estradas federais, estaduais, municipais, vicinais e de fazendas, em viagens municipais, intermunicipais e/ou interestaduais, conforme demanda.

4.27 A quilometragem dos veículos é estabelecida através de franquias nas quantidades definidas na descrição de cada item, mediante abertura mensal, sendo passível o uso de quilometragem excedente, quando necessário.

4.27.1 Caso não haja abertura da franquia, fica a CONTRATANTE, desobrigada de realizar pagamentos de qualquer espécie.

5 DA ESTIMATIVA DO VALOR A SER CONTRATADO

Um possível Orçamento aberto ocasionaria preços que não se afastariam do valor inicial, prejudicando a apresentação da melhor proposta à Administração Pública. Também entendem dessa forma os auto-es Zymler e Dios, que afirmam o seguinte:

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa

medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada.

Sendo assim, consegue-se ampliar a competitividade do certame, pois serão apresentadas melhores propostas para Administração. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances.

Deste modo, verifica-se maior vantajosidade ao Município de Juatuba em se manter o Orçamento Sigiloso até a fase posterior de Lances do Pregão Eletrônico, e assim, evitar preços que orbitem o valor obtido nos Orçamentos.

6 DA ACEITABILIDADE DO OBJETO – NA ENTREGA

- 6.1 O recebimento inicial do veículo, referente ao primeiro atendimento para prestação de serviço da Ata, ocorrerá no momento de apresentação do mesmo, devendo o veículo ser apresentado em até 30 dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.
- 6.2 Mensalmente, os serviços prestados serão recebidos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do fechamento da franquia mensal, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, na falta da prestação de serviços, haverá a glosa proporcional aos dias sem disponibilidade do veículo, que será calculada pelo Setor de Transportes e/ou fiscal do Contrato.
- 6.2.1 A emissão da nota será autorizada apenas mediante eventuais ajustes entre CONTRATADO e CONTRATANTE.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que: a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 7.3 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.
- 7.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência,

com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

7.5 A Ata de Registro de Preço, com a indicação dos fornecedores e os preços registrados, deverá ser disponibilizada no PNCP, observada a regra prevista no art. 176 da Lei 14.133/2021.

7.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.8 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano** podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

8 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Compete à(s) Secretaria(s) Municipal(is) requisitante(s) a gestão, o acompanhamento, controle e fiscalização da execução da ata/contrato, bem como a expedição das autorizações de serviços/ fornecimentos / entrega, competindo-lhe ainda atestar as faturas / notas fiscais encaminhando-as para fins de pagamento.

8.2 Gestor responsável:

Nome	José Márcio de Oliveira
Função	Secretário Municipal de Administração
Telefone	(31)

8.3 Fiscal responsável:

8.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

8.5.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados

8.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.6.1 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.7 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se

verificarão vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.8O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.9 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.9.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

8.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de habilitação da empresa;

8.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e Municipais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.13 Poderão ser exigidos, a qualquer momento, os documentos que comprovem o vínculo dos motoristas, bem como sua regularidade frente a legislação vigente.

Nome	Bruna Carolina De Oliveira Pereira
Função	Coordenadora de Área
Unidade de serviço	Setor de Transporte
Telefone	(31) 3535-9404
E-mail	transporte@juatuba.mg.gov.br

9 DA FORMA DE FATURA E PAGAMENTO

9.1 Os relatórios de prestação de serviços serão efetuados no primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação do serviço e os pagamentos serão realizados em até 15 (quinze) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, aprovada pelo Órgão responsável pelo serviço, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia em que não houver expediente na Prefeitura Municipal.

9.2 O MUNICÍPIO DE JUATUBA solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

9.3 Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados, descontadas as quantidades de serviços não aceitas e/ou glosadas, pelo MUNICÍPIO DE JUATUBA por motivos imputáveis à CONTRATADA, bem como

as multas estabelecidas em termos de quantitativos de serviços, previstas em Contrato.

9.3.1 Caso algum veículo locado não esteja disponível para utilização, respeitando os prazos de manutenção e reposição dos veículos inaptos ao uso estabelecidos no item 6, será deduzido do valor mensal da fatura, o período proporcional (em dias) no qual o veículo não estava disponível).

9.4 Mediante os devidos alinhamentos necessários e, após emissão e aceite da nota fiscal, a mesma será encaminhada para pagamento, acompanhada do comprovante de recolhimento de multas aplicadas no período, se houver.

9.5 O pagamento será efetuado através de Depósito Bancário, em Conta Corrente da Contratada, descrita na Nota Fiscal.

9.6 A liberação do pagamento estará condicionada à apresentação por parte da Contratada de cópia das guias de recolhimento de INSS, FGTS, Folha de Pagamento da respectiva mão de obra utilizada no período e ainda CND Federal, CND Municipal, CNDT e CRF do FGTS juntamente com a Nota Fiscal/fatura.

10 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 Os recursos financeiros para o pagamento correrão por conta das dotações abaixo no presente exercício e por dotação equivalente no exercício subsequente.

SECRETARIA	FICHA	FONTES	DOTAÇÃO
Saúde	517	1.500	0001.0910.08.0122.0100.2196.3390390000
Meio Ambiente	996	1.500	0001.1110.01.0122.0100.2243.3390390000
Educação	276	1500	0001.0721.12.0361.0102.2146.3390390000

11 DA RESPONSABILIDADE E DIREITOS DAS PARTES

11.1 DA CONTRATANTE

11.1.1 Utilizar o veículo apenas para o fim que se destina, obedecida a legislação vigente;

11.1.2 Pagar pelos serviços prestados da forma estabelecida no edital;

11.1.3 Identificar os usuários autorizados a receber os veículos, através do preenchimento de relação de veículos e usuários;

11.2 Comunicar à(s) CONTRATADA(s) qualquer(is) irregularidade(s) que venha(m) a ocorrer durante a execução do instrumento de contrato.

11.3 Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

11.4 Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato;

11.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA, em relação ao objeto licitado;

11.6 Fiscalizar a execução do objeto contratado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da(s) contratada(s) pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

- 11.7 Rejeitar o objeto da licitação de má qualidade ou em desconformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;
- 11.8 Realizar a glosa dos pagamentos proporcionalmente ao período em que o serviço não for prestado de forma adequada.

11.1 DA CONTRATADA

- 11.2 Manter os veículos em plenas condições de manutenção, principalmente atendendo aos quesitos de segurança.
- 11.3 Manter os veículos em plenas condições de regulamentação frente aos órgãos de transporte como o DETRAN/MG e o CONTRAN.
- 11.4 Ter cobertura de riscos para danos materiais causados a terceiros, danos corporais causados a terceiros, acidente por passageiro no caso de morte e no caso de invalidez.
- 11.5 Arcar com as despesas de emplacamento, IPVA e Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil;
- 11.6 Substituir o veículo por outro similar, imediatamente em caso de manutenção preventiva/corretiva e no prazo máximo de 01 (uma) hora, em caso de sinistro, roubo, incêndio ou perda total, conforme citado no item 6.12.
- 11.6.1 Arcar com todas as multas de trânsito dos veículos após a contratada apresentar as notificações e/ou multas e o comprovante de pagamento da infração.
- 11.6.2 Arcar com todas as despesas de combustíveis e operação do veículo, bem como, salários e encargos dos motoristas;
- 11.7 Promover a substituição do veículo por outro de mesma marca, modelo e características descritas no objeto deste contrato, quando o veículo completar 150.000 (cento e cinquenta mil) quilômetros;
- 11.8 Entregar na data aprazada e no local combinado, o serviço / produto descrito e especificado na sua proposta, em perfeitas e absolutas condições de uso.
- 11.9 A contratada deverá:
- 11.9-12 Executar o objeto desta licitação, obedecendo rigorosamente às normas inerentes à atividade empresarial e instruções da fiscalização da Prefeitura.
- 11.9-13 Informar à fiscalização do contrato a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do objeto desta licitação dentro do prazo previsto, sugerindo as medidas que melhor entender para corrigir a situação.
- 11.9-14 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, sob pena de rescisão do contrato administrativo, bem como a documentação do veículo locado em conformidade com a legislação.
- 11.9-15 Não ceder ou transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem a anuência da CONTRATANTE.
- 11.9-16 Responder pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à Prefeitura de Juatuba ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.

- 11.10** Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA se responsabiliza por manter sua frota de veículos atualizada, vindo a substituir os veículos com problemas recorrentes.

12 DO REAJUSTE / REEQUILÍBRIO

- 12.1** Quanto às condições para alteração de preços, este estará sujeito a solicitação explícita e fundamentada pelo fornecedor.
- 12.1-12** Quanto ao reajuste, será aplicado o índice IGP-M, mediante solicitação, após o interregno mínimo de 12 meses, a contar da proposta ajustada.
- 12.1-13** O preço fixado poderá ser alterado por reajuste ou revisão a fim de assegurar o equilíbrio econômico financeiro do Contrato, de acordo com a Legislação vigente.
- 12.1-14** Os valores resultantes de dissídio coletivo e aumento do salário mínimo estarão sujeitos a reequilíbrio, desde que haja alteração no piso da categoria e sua incidência seja comprovada, sendo no mesmo percentual concedido a título de dissídio, acordo ou convenção coletiva.
- 12.1-15** Para obtenção do reequilíbrio econômico-financeiro e/ou reajuste a CONTRATADA deverá formalizar, mediante realização de protocolo.

13 - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1** De acordo com o Decreto Municipal nº 2.911/2023, que dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por órgãos da Administração Direta, as Entidades Autárquicas e Fundacionais do Município de Juatuba, acompanhado do manual e da Portaria que definem as novas regras de incidência e retenção do Imposto de Renda, município de Juatuba será responsável pelo recolhimento/retenção do I.R. – Imposto de Renda, sobre o valor referente aos serviços prestados.
- 12.2** O Município não será responsável por quaisquer ônus, direito ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista tributária, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à fornecedora vencedora.
- 12.3** A contratante poderá requisitar acréscimos aos quantitativos previstos para atendimento de necessidades eventuais ou permanentes, bem como a supressões de até 25%, observados os limites legais.

14 - DA ASSINATURA DO CONTRATO

- 13.1** O Município de Juatuba/MG convocará o licitante vencedor para assinar o contrato em até 05 (cinco) dias úteis.
- 13.2** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo adjudicatário, por escrito, desde que ocorram motivos determinantes, aceitos pelo Município de Juatuba/MG.
- 13.3** Convocado, na forma dos itens 21.4 e 21.5, o adjudicatário que não comparecer no prazo e condições estabelecidas, decairá do direito à contratação, ficando sujeito às penalidades cabíveis.

13.4 Na hipótese do item 17.3, o Município de Juatuba/MG convocará outro adjudicatário, observada a ordem de classificação na licitação.

13.5 No momento de assinatura da Ata, caberá ao licitante homologado apresentar a relação dos veículos que serão direcionados para o atendimento inicial da Ata, informando as marca e modelos ofertados se enquadram no descritivo exigido neste Termo de Referência, passíveis de efetivação do serviço mediante envio da Autorização de Fornecimento.


13.5.1 Esta relação deverá ser enviada ao Setor de Contratos, que submeterá a avaliação do Setor de Transportes da Prefeitura de Juatuba, na pessoa da sra. Bruna Carolina De Oliveira Pereira, Coordenadora de Área.

13.5.2 Caso haja alguma divergência, o fornecedor terá o prazo de 24 para envio de nova listagem.

14 - SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Juatuba, 29 de fevereiro de 2024


José Marcio de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

ANEXO II – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º ____/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2023

À Prefeitura Municipal de Juatuba/MG

Att. Sr(a) Pregoeiro(a)/ Equipe de apoio

LOTE 001 – VEÍCULO (05 LUGARES)

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
04	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS Para o veículo tipo veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	36000	km		Preço por km	Preço unitário x total de km
09	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (SAÚDE) Locação de veículos de passeio de fabricação nacional, com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva inclusas e seguro contra terceiros. Veículo hatch, com capacidade 04 (quatro) passageiros, 04 portas laterais, motor 03 cilindros, bicomcombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 82 cv, motor 1.0 ou superior, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 280 litros, desembacador do vidro traseiro, sistema de partida a frio sem reservatório adicional de gasolina, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB, ANO DE FABRICAÇÃO 2022 / MODELO 2022 OU POSTERIOR. - Inclusão sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 4.000km / mês com excedente de até 2000 km a até 70% do valor do km - Veículo de cor BRANCA e CINZA	60	SV Cada 12 meses = 01 veículo		Preço para 12 meses	Preço unitário x 5
TOTAL GERAL						

LOTE 002 – VEÍCULO (07 LUGARES)

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
05	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS Para o veículo tipo veículo de passeio 6 passageiros em até 70% do valor do km	24000	km		Preço por km	Preço unitário x total de km
08	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (SAÚDE) Locação de veículo de passeio (04 portas), com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva inclusas e seguro contra terceiros. Veículo tipo minivan, com capacidade mínima de 05 (seis) passageiros, 04 portas laterais, motor 04 cilindros, bicomcombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 105 cv, motor mínimo 1.6, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas. Compartimento de carga com capacidade mínima de 160, desembacador do vidro traseiro, sistema de partida	36	SV Cada 12 meses = 01 veículo		Preço para 12 meses	Preço unitário x 5

	a frio, rádio AM/FM com saída USB. Ano de fabricação 2022 / modelo 2022 ou posterior. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 4.000km / mês com excedente de até 2000 km a até 70% do valor do km - Veículos de cor BRANCO e CINZA						
	TOTAL GERAL						

LOTE 03

LOTE 04

LOTE 05

***Preencher a proposta de acordo com o Termo de Referência.**

Declaramos estar de acordo com todas as cláusulas e anexos deste edital.

A proposta deve ser identificada e conter TODOS os dados abaixo.

Empresa/Proponente: _____
 CNPJ/CPF: _____
 Nome do Representante Legal: _____
 CPF do Representante Legal: _____
 Validade da Proposta: _____ (Mínimo: 60 dias)
 Endereço: _____
 Telefone () _____, celular () _____
 E-mail 1 _____ E-mail 2 _____
 Dados bancários: Banco _____ Agência _____ Conta corrente _____

 Assinatura do Representante Legal

ANEXO III – MODELO DE MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

A Prefeitura Municipal de Juatuba com sede na Praça dos Três Poderes s/nº, Centro, na cidade de Juatuba/ MG, inscrita no CNPJ sob o nº 64.487.614.0001/22 neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 2896 de 03 de fevereiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir;

1. CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a futura e eventual **locação de veículos com combustível e condutor** para atender as demandas das secretarias do Município, conforme descrito no termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº/202..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços unitários registrados, especificações e quantitativos são os descritos na tabela abaixo:

(Colocar o item do vencedor com quantitativo e preço)

2.2 O valor total da eventual contratação de todos os itens e quantitativos da ATA é de R\$ (colocar o valor por extenso).

3. CLÁUSULA TERCEIRA- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1 Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da assinatura desta ata.

4.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.3 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

5. CLÁUSULA QUINTA- DA ENTREGA/FORNECIMENTO

Conforme Termo de Referência

6. CLAUSULA SEXTA- DOS PAGAMENTOS

6.1 Os relatórios de prestação de serviços serão efetuados no primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação do serviço e os pagamentos serão realizados em até 15 (quinze) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, aprovada pelo Órgão responsável pelo serviço, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia em que não houver expediente na Prefeitura Municipal.

6.2 O MUNICÍPIO DE JUATUBA solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

6.3 Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados, descontadas as quantidades de serviços não aceitas e/ou glosadas, pelo MUNICÍPIO DE JUATUBA por motivos imputáveis à CONTRATADA, bem como as multas estabelecidas em termos de quantitativos de serviços, previstas em Contrato.

6.3.1 Caso algum veículo locado não esteja disponível para utilização, respeitando os prazos de manutenção e reposição dos veículos inaptos ao uso estabelecidos, será deduzido do valor mensal da fatura, o período proporcional (em dias) no qual o veículo não estava disponível).

6.4 Mediante os devidos alinhamentos necessários e, após emissão e aceite da nota fiscal, a mesma será encaminhada para pagamento, acompanhada do comprovante de recolhimento de multas aplicadas no período, se houver.

6.5 O pagamento será efetuado através de Depósito Bancário, em Conta Corrente da Contratada, descrita na Nota Fiscal.

6.6 A liberação do pagamento estará condicionada à apresentação por parte da Contratada de cópia das guias de recolhimento de INSS, FGTS, Folha de Pagamento da respectiva mão de obra utilizada no período e ainda CND Federal, CND Municipal, CNDT e CRF do FGTS juntamente com a Nota Fiscal/fatura.

7. CLAUSULA SÉTIMA- COMPROMISSO DO FORNECEDOR

7.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

7.2 Não subcontratar parcialmente ou totalmente o objeto desta Ata.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

8.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo a legislação vigente.

8.2 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente.

8.3 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IGPM, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

8.4 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

8.5 O transcurso do período citado no item 8.3 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

8.6 Os valores resultantes de dissídio coletivo e aumento de salário mínimo estarão sujeitos à reequilíbrio, desde que haja alteração no piso da categoria e sua incidência seja comprovada, sendo no mesmo percentual concedido à título de dissídio, acordo ou convenção coletiva.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO/ATA

9.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

9.1.1 for liberado por razão do interesse público;

9.1.2 descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

9.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

9.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

9.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

10.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de xxx (xxx) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

10.1.2 responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

10.1.3 manter as condições de habilitação;

10.1.4 manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do município, durante a vigência da presente ata.

10.1.5 É obrigação do licitante, realizar todas as entregas requisitadas mediante Autorização de Fornecimento.

10.1.6 Manter os veículos em plenas condições de manutenção, principalmente atendendo aos quesitos de segurança.

10.1.7 Manter os veículos em plenas condições de regulamentação frente aos órgãos de transporte como o DETRAN/MG e o CONTRAN.

10.1.8 Ter cobertura de riscos para danos materiais causados a terceiros, danos corporais causados a terceiros, acidente por passageiro no caso de morte e no caso de invalidez.

10.1.9 Arcar com as despesas de emplacamento, IPVA e Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil;

10.1.10 Arcar com todas as multas de trânsito dos veículos após a contratada apresentar as notificações e/ou multas e o comprovante de pagamento da infração.

10.1.11 Arcar com todas as despesas de combustíveis e operação do veículo, bem como, salários e encargos dos motoristas;

10.1.10 Substituir o veículo por outro similar, imediatamente em caso de manutenção preventiva/corretiva e no prazo máximo de 01 (uma) hora, em caso de sinistro, roubo, incêndio ou perda total, conforme citado no item 3.

10.1.11 Promover a substituição do veículo por outro de mesma marca, modelo e características descritas no objeto deste contrato, quando o veículo completar 150.000 (cento e cinquenta mil) quilômetros;

10.1.12 Entregar na data aprazada e no local combinado, o serviço / produto descrito e especificado na sua proposta, em perfeitas e absolutas condições de uso.

10.1.13 A contratada deverá:

A) Executar o objeto obedecendo rigorosamente às normas inerentes à atividade empresarial e instruções da fiscalização da Prefeitura.

B) Informar à fiscalização do contrato a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do objeto desta licitação dentro do prazo previsto, sugerindo as medidas que melhor entender para corrigir a situação.

C) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, sob pena de rescisão do contrato administrativo, bem como a documentação do veículo locado em conformidade com a legislação.

D) Não ceder ou transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem a anuência da CONTRATANTE.

E) Responder pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à Prefeitura de Juatuba ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.

10.1.14 Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA se responsabiliza por manter sua frota de veículos atualizada, vindo a substituir os veículos com problemas recorrentes.

E DEMAIS OBRIGAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA/EDITAL.

11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Juatuba/MG.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do município e a Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet www.juatuba.mg.gov.br.

Juatuba, de de 2024.

Prefeito Municipal

Representante Legal do

Contratado

Secretario(a) Municipal

Testemunhas:

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO COMO "CONTRATANTE", O MUNICÍPIO DE JUATUBA E DE OUTRO LADO COMO "CONTRATADA", A EMPRESA XXXXXXXXXX, EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE JUATUBA, CNPJ nº 64.487.614/0001-22, com sede na Praça dos Três Poderes, s/nº, Centro – Juatuba/MG, CEP: 35.675.000, neste ato representado pelo Sr. Antônio Adônis Pereira, Prefeito Municipal de Juatuba, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a (o) empresa **XXXXXXXXXX**, com sede à xxxxxx, xxxxxxxx, CEP xxxxxxxx, tel xxxxxxxxxxxx/ xxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no **CNPJ XXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, por seu representante legal, xxxxxxxxxxxx, portador do CPF xxxxxxxxxxxx, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes. Tem entre si, justo e contratado o presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, cessão de direito de uso de bens e outras avenças, de acordo com as seguintes cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO FUNDAMENTO

1.1- A presente Contratação decorre de **(MODALIDADES LICITATÓRIAS)**, efetuada com base no **Parecer de Nº XXXXXXXXXX**, nos termos do inciso **(HIPÓTESES DO ART. 5, DA LEI 14.133/2021)** e legislação em vigor

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM COMBUSTÍVEL E MOTORISTA, conforme especificado no termo de referência que é parte integrante do presente contrato, e a seguir:

Ficha: Dotação: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Item	Código	Descrição do Serviço	Quantidade	Unid	Valor Unitário	Valor Total
XXXX	XXXXXXXXX X	XXXXXXXXXXXXXXXXXX				

Total Geral : R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência da contratação é de XXXXXXXXXX contados do(a) XXXXXXXXXX, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1- A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1-

Nota Explicativa: COLOCAR AQUI - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo conforme o Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 – É vedada a subcontratação deste objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1- O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

6.1.1 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.1.2- O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.1.3- Os relatórios da prestação dos serviços serão efetuados no primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação dos serviços e os pagamentos serão realizados em até 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal/fatura, aprovada pelo órgão responsável pelo serviço, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia que não houver expediente na Prefeitura Municipal de Juatuba

6.1.4- Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.1.5 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.1.6- Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.1.7- O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.1.8- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.1.9- A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1.1- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.6- Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.1.7- Cientificar a Procuradoria Geral e Comissão de responsabilização para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.2.1- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em todos os anexos do edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas

decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2.2- manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.2.3- A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.2.4- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.2.5- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.2.6- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.8- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.9- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.2.10 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.2.11 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.2.12 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.2.13 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.2.14 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1 - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato. Modalidades de garantia especificadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa**:

10.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – A extinção do contrato poderá ser, conforme regulado pela Lei nº. 14.133/2021:

- a - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

USAR ESSA REDAÇÃO PARA CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS - Nota Explicativa:

A sistemática acima decorre do que dispõe o art. 106, III e §1º da Lei nº 14.133/21. Para a sua compreensão, vale trazer um exemplo:

Um contrato firmado em 20 de maio de 2022 fará aniversário no dia 20 de maio dos anos subsequentes. Supondo-se que se chegue à conclusão pela descontinuidade do contrato, seja por razões orçamentárias, seja por ausência de vantagem na permanência, há três possibilidades:

- 1) Se a comunicação à empresa da rescisão ocorrer até 20 de março (dois meses antes da data de aniversário), a extinção poderá ocorrer na data de aniversário, ou seja, 20 de maio.
- 2) Se ela se der entre 20 de março e 20 de maio (menos de dois meses), fica garantida a vigência contratual por mais dois meses (portanto, por exemplo, se a notificação for em 20 de abril, a extinção seria em 20 de junho).
- 3) Por fim, uma comunicação de extinção havida após a data de aniversário só teria efeito no aniversário subsequente.

11.2 - Além das hipóteses acima, o contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1 - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.1.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.4.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3** Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

13.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

É eleito o Foro da Comarca de Juatuba/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Juatuba, data

Antônio Adônis Pereira

Prefeito Municipal de Juatuba

Secretário Municipal

Contratada

Testemunhas:

Sara Vilaça

CPF:

CPF:

ANEXAR JUNTO AO CONTRATO O TERMO DE REFERÊNCIA

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Eventos

Disponibilizar Aviso de Evento de Licitação para Publicação-
Divulgação

01/03/2024 10:03:53



Este Evento de Reabertura será Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 04/03/2024.

Resumo do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo

Órgão		UASG Responsável		
95120 - ESTADO DE MINAS GERAIS		982691 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA		
Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00061/2023	Tradicional	Eletrônica	Aberto/Fechado
Lei	Critério de Julgamento			
Lei nº 14.133/2021	Menor Preço Maior Desconto			
Tipo de Objeto				
Serviços Comuns				
Id contratação PNCP				
18715615000160-1-001382/2023				
Objeto	Registro de preços - locação de veículos leves e utilitários com combustível e condutor			
Motivo do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo	Edital foi retificado			
Data da Divulgação do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo	Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação		
04/03/2024	A partir de 04/03/2024 às 08:00	Em 18/03/2024 às 08:30		
Disponibilizar para Divulgação				
Evento de Reabertura				

EM BRANCO

Editais de Licitação

Atualizado em: 01/03/2024 às 10h13

Pregão eletrônico nº061.2023- RETIFICADO 2 RP locação de veículos leves e utilitários com combustível e motorista



Situação

Aberto

Modalidade

Pregão Eletrônico

Nº da Licitação

61/2023

Nº do Processo

313/2023

Modo de Disputa

Aberto-Fechado

Amparo Legal

Lei 14.133/2021, Art 28, I

Publicado em

01/03/2024 às 10h12

Realização em

18/03/2024 às 08h30

Local

COMPRASNET

Registro de Preços - locação de veículos leves e utilitários com combustível e condutor.

Informação Complementar

Suspenso para análise de questionamentos.
Edital retificado 2



Normal v



1 v



EM BRANCO



Sexta-feira, 01 de Março de 2024 Ano: XIII Edição nº2573 página nº11

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 177/2024

Firmado entre o Município de Juatuba e GISELE MARA NOGUEIRA MAXIMIANO

Objeto: Prestação de Serviços na função de **AUXILIAR DE HIGIENIZAÇÃO**

Prazo de Vigência: 01/02/2024 a 31/01/2025.

Valor: **R\$1.294,48**(Um Mil e duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos)

Condição de Pagamento: Mensal

Reajuste: Quando houver reajuste no vencimento dos servidores devidamente autorizado por Lei.

Dotação: 0822.10.0302.2177.3190040000.17100100000000

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 208/2024

Firmado entre o Município de Juatuba e WALISSON PEREIRA BRAGA

Objeto: Prestação de Serviços na função de **AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇO**

Prazo de Vigência: 22/02/2024 a 21/02/2025.

Valor: **R\$1.560,82**(Um Mil e quinhentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos)

Condição de Pagamento: Mensal

Reajuste: Quando houver reajuste no vencimento dos servidores devidamente autorizado por Lei.

Dotação: 1010.04.0122.2229.3190110000.15000000000000

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 206/2024

Firmado entre o Município de Juatuba e WELLINGTON PEREIRA DO NASCIMENTO

Objeto: Prestação de Serviços na função de **AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇO**

Prazo de Vigência: 22/02/2024 a 21/02/2025.

Valor: **R\$1.560,82**(Um Mil e quinhentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos)

Condição de Pagamento: Mensal

Reajuste: Quando houver reajuste no vencimento dos servidores devidamente autorizado por Lei.

Dotação: 1010.04.0122.2229.3190110000.15000000000000

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 006/2024

Firmado entre o Município de Juatuba e ANDERSON LUIZ DA SILVA ROSA

Objeto: Prestação de Serviços na função de **ENFERMEIRO LC159/2017**

Prazo de Vigência: 03/02/2024 a 02/02/2025.

Valor: **R\$ 6.050,36** (seis mil e cinquenta reais e trinta e seis centavos).

Condição de Pagamento: Mensal

Reajuste: Quando houver reajuste no vencimento dos servidores

devidamente autorizado por Lei.

Dotação: 0822.10.0302.2177.3190040000.15000001002000

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA – HOMOLOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 90001/2024- PA 02/2024 - REGISTRO DE PREÇOS para a futura e eventual AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, para atender demanda da Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social. De acordo com as atribuições do Decreto Municipal nº 2.377 de 2019, HOMOLOGO o procedimento licitatório para a contratação das empresas: MEGADEC DISTRIBUIDORA LTDA, COMERCIAL BRAZ LTDA, RANGAP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, MERCEARIA CAMPOS E RABELO LTDA e AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com o valor total da contratação estimado em R\$ 804.923,98 (oitocentos e quatro mil, novecentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos). José Marcio de Oliveira – Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2024, PA 040/2024- Aquisição de hortifrutigranjeiros da agricultura familiar para merenda escolar, através de Dispensa conforme conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE 38/09, Abertura da sessão e prazo final para entrega dos envelopes será dia 26/03/2024 às 09:00 horas. O edital poderá ser retirado no site www.juatuba.mg.gov.br, email licitacao@juatuba.mg.gov.br e na sede da Prefeitura Municipal de Juatuba, de 08:00 às 16:00 horas. Maiores informações pelo telefone 3535-8200. Rafaela T F Silva. Setor de licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA – Pregão Eletrônico nº 061/2023, PA 313/2023- **RETIFICADO 2** - REGISTRO DE PREÇOS - futura e eventual **locação de veículos leves e utilitários com combustível e motorista**, tipo menor preço por lote. Data e hora da sessão: 18/03/2024 às 08:30 horas (horário de Brasília). Edital disponível em: www.comprasnet.gov.br, www.juatuba.mg.gov.br email licitacao@juatuba.mg.gov.br. Telefone: 31 3535-8200. Pregoeiro.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

EM BRANCO

EM BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHO - MG AVISO DE PUBLICAÇÃO DO DECRETO EATO JUSTIFICATIVO

A Prefeitura Municipal de Matozinho, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município, torna público a justificação para a realização de delegação, mediante convocação, da prestação e exploração do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Matozinho, em lote único, que será realizada na modalidade Concursatória em conformidade com o Art. 3º da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Na oportunidade informamos que o Decreto e o Atto Justificatório encontram-se disponíveis no site do Município: www.matozinho.mg.gov.br, para conhecimento dos interessados. Contato: (31) 2010-8534 ou (31) 2010-8534.

Zélia Alves Rezende
Prefeita Municipal

EDITAL - 1 CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CORRE INDICATIVO DE GRUPO

O Conselho em Assembleia da Prefeitura Municipal de Matozinho, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para Assembleia Geral Extraordinária, com o objetivo de deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Prefeitura Municipal de Matozinho, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A Assembleia será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Matozinho, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os membros do Conselho Municipal de Matozinho, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os membros do Conselho Municipal de Matozinho, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

João Roberto Gomes
Presidente do Conselho

PREFEITURA DE JUATUBA

REVOGAÇÃO - PREÇO ELETRÔNICO nº 90056/2024, PA 2024/2024 - REGISTRO DE PREÇOS - Futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia de infraestrutura urbana: manutenção corretiva de pavimentos, manutenção preventiva, recuperação de vias, serviços (desburocratização, gestão de obras, planejamento), serviços de consultoria, serviços de engenharia e serviços complementares em diversos segmentos da municipalidade de Juatuba, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras. O Secretário Municipal de Administração do município de Juatuba, no uso de suas atribuições, resolve REVOGAR a presente licitação nos termos do art. 17, inciso II da Lei nº 14.133/2021. José Márcio da Oliveira, Secretário Municipal de Administração.

UNFIE E ANÚNCIO: 1234-1000

OFERTAS aQui

QUINHOES E SORVETES	NOVA GARCIA	DOM WOK
Diversos	Imóveis	RESIDÊNCIAS GRANDE BH
ELÉTRICOS E INFORMÁTICA	RESIDÊNCIAS NOVO HORIZONTE	BETIM
COMPUTADORES	Novo Caminhão	Dona Bisco
CELESC 31 9902-6204	CELESC 31 9902-6204	CELESC 31 9902-6204
31 9902-6204	31 9902-6204	31 9902-6204

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA

ALUGUEL DE LOCAIS PARA ABERTURA DE ESTABELECIMENTOS
PROPOSTA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 - PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Pratinha, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Pratinha, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA

PROCESSAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 - PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Divinolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Divinolândia, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIA

RESCISÃO DE PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Ibia, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Ibia, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA DE JUATUBA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 - AQUISIÇÃO DE
A Prefeitura Municipal de Juatuba, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Juatuba, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA DE JUATUBA

PROCESSAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 - PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Juatuba, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Juatuba, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA DE JUATUBA

PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Juatuba, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Juatuba, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA DE JUATUBA

PROCESSAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 - PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Juatuba, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Juatuba, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO BRASILEIRO

PROCESSAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 - PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Brasileiro, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Brasileiro, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PECANHA

AVISO DE LICITAÇÃO PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Pecanha, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Pecanha, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA DE BRUMADINHO

PROCESSAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 - PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Brumadinho, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Brumadinho, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA DE BRUMADINHO

PROCESSAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 - PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Brumadinho, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Brumadinho, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA DE BRUMADINHO

PROCESSAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 - PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Brumadinho, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Brumadinho, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA DE BRUMADINHO

PROCESSAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 - PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Brumadinho, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Brumadinho, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA DE ITABIRTO

PROCESSAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 - PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Itabirto, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação para licitação, mediante abertura de processo licitatório, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, com fornecimento de mão de obra e material, em atendimento ao Edital nº 001/2024. A licitação será realizada no dia 13 de março de 2024, às 14h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Itabirto, Rua da Liberdade, nº 100, Centro. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município. A convocação é feita para todos os interessados, em conformidade com o Art. 17, VI da Lei Orgânica do Município.

EM BRANCO

Pre-visualização de mensagem

Responder Responder Indicar Enviar Imprimir Arquivo Spam Marcar Mais Anterior Próximo

Esclarecimento Pregão Eletrônico Nº 61/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA

De [Juatuba](#) em 2024-03-11 15:27

[Calendário](#) [Coleções](#) [Texto simples](#)

Contatos

Prezado pregoeiro, abaixo segue alguns questionamentos referentes ao Pregão Eletrônico Nº 61/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA

Calendário

Na Proposta de Preços

No Item UNIDADE - O que quer dizer CADA 12 MESES = 01 VEÍCULO?

Configurações

No Item PREÇO UNITÁRIO - Preço para 12 meses????

No item PREÇO TOTAL - Preço Unitário x 5??????

Modo escuro

Será necessária placa vermelha nos veículos? Pois somos uma cooperativa e os cooperados vão prestar o serviço com seus veículos particulares.

Sobre

Eduardo Faria
Jamira Portes
Departamento de Licitação

[Webmail](#)
Home

COOPER

EM BRANCO



PREGÃO ELETRÔNICO 61/2023

UASG 982691

ESCLARECIMENTOS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA -Pregão Eletrônico 61/2023-
QUESTIONAMENTOS**

Na Proposta de Preços

No Item UNIDADE - O que quer dizer CADA 12 MESES = 01 VEÍCULO?

No Item PREÇO UNITÁRIO - Preço para 12 meses????

No item PREÇO TOTAL - Preço Unitário x 5??????

Resposta:

No item 3.1 do Termo de Referência do edital, está descrito a quantidade de veículos para cada lote, ou seja, no lote 01 item 3.1.1 por ex.: serão locados 05 (cinco) veículos, porém é descrito 60 SV (serviços), cada serviço equivale a um mês de locação, então cada 12 serviços equivale à locação de 01 veículo para o período de 12 meses. A proposta será pelo valor total de cada lote. Então na proposta o preço unitário equivale a locação de 01 veículo pelo período de 12 meses, e o valor total será este valor unitário multiplicado por 5 (cinco) que é a quantidade de veículos.

Será necessária placa vermelha nos veículos? Pois somos uma cooperativa e os cooperados vão prestar o serviço com seus veículos particulares.

Resposta:

Esta pergunta já foi respondida em esclarecimento já anexado no comprasnet.

c) Será necessária placa vermelha nos veículos?

R: SIM

EM BRANCO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
JUATUBA-MG

IMPUGNAÇÃO À LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE JUATUBA

IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 061/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 313/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA

W F EMPREENDIMENTOS & CONSTRUÇÕES DIVINENSE,
comercialmente denominada TRATTAR LIMPEZA URBANA E MEIO AMBIENTE,
pessoa jurídica inscrita no CNPJ 07.474.431/0001-39, estabelecida na Rua Praça
Doutor Generoso Nunes de Oliveira, 45B – Centro, Divino/MG vem, respeitosamente,
à presença deste pregoeiro, apresentar :

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Sob as razões e fatos a seguir expostas:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Como se verifica no edital, o prazo para a apresentação desta impugnação
é 03 (três) dias úteis antes da data fixada para realização de sessão pública, nos
termos do art. 164, caput da Lei 14.133/21. Tendo em vista que tal evento se dará em
dia 18/03/2024 (segunda-feira), temos como prazo final dia 12/03/2024 (terça-feira).

Logo, tem-se como plenamente tempestiva esta impugnação.

II – DOS FATOS

A licitação, ora impugnada, tem como objeto O objeto da presente licitação é a futura e eventual LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR para atender as demandas das secretarias do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.)

III – RESSALVA PRÉVIA

A Licitante manifesta preliminarmente, seu respeito pelo trabalho da Pregoeira, da equipe de apoio, e de todo o corpo da Comissão Permanente de Licitação. As divergências objeto da presente impugnação, referem-se unicamente à aplicação da Constituição Federal, da Lei de Licitações e demais legislações aplicadas em relação ao procedimento licitatório em exame, não afetando, em nada, o respeito da peticionária pela instituição e pelos ilustres profissionais que a integram.

No mais, a peticionária afirma seu total interesse e disposição em vir a prestar serviços a esta Casa. No entanto, não pode deixar de questionar algumas inconsistências presentes no Pregão Eletrônico Nº 061/2023 ora promovido.

IV – DO MÉRITO DO RECURSO

Os princípios que regem as licitações públicas estão insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 5º da Lei nº. 14.133/21, com destaque à supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa.

Como ensina José dos Santos Carvalho Filho acerca do artigo 37 da Constituição Federal, a igualdade de tratamento *significa que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro.* (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 23. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009).

Regulamentando o art. 37 da Constituição Federal, foi publicada a Lei 14.133/21, a qual, em seu art. 5º estipula o objetivo das licitações públicas, *in verbis*:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da

razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável."

Nota-se que ao prestigiar os princípios da moralidade, legalidade, igualdade e eficiência, o legislador constitucional originário teve como destinatária a proteção do interesse público, já que todas as contratações realizadas pelo Estado devem ser realizadas mediante as melhores condições de preço, qualidade e eficiência.

Devido ao interesse na participação do certame, a Cooperativa impugnante analisou o presente ato convocatório, de forma rigorosa e minuciosa, encontrando exigências que devem ser urgentemente reparadas, pois possuem cláusulas que impedem a participação de diversas empresas amplamente capacitadas. Vale ressaltar que esta empresa licitante já atendeu com excelência e comprometimento diversos serviços prestados em todo o País, portanto, possui plena capacidade técnica e estrutural de atender as necessidades deste Órgão.

À luz dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, além do direito positivado através da Lei de Licitações, não resta qualquer dúvida de que a Pessoa Jurídica de Direito Público deverá prestigiar legalidade, moralidade, eficiência e isonomia a todos os certames licitatórios em busca da contratação mais vantajosa ao interesse público.

Em que pesem tais considerações, importante ressaltar que para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, torna-se necessária a segurança atribuída aos habilitantes, vinculando-os ao edital e este ao processo que o antecedeu, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Contudo, para que tal objetivo seja alcançado, é imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a expor, delimitar e fundamentar.

IV.1 – DAS EXIGÊNCIAS DESCABIDAS

Nesta oportunidade, impugna-se as seguintes exigências do edital:

- a) **Tópico: "1. DO OBJETO" Item 1 – p. 3 – "O objeto da presente licitação é a futura e eventual LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR para atender as demandas das secretarias**

do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos."

- b) Tópico: "4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA" Item 4.1.2. - p.5 - "4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: 4.1.2. **Marca** e modelo dos veículos ofertados; (quando estes já estiverem disponíveis, a falta desta informação não desclassifica a proposta)"
- c) Tópico: "4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA" Item 4.8. - p.6 - "4.8. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação."
- d) Tópico: "7.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA" Item 7.16.B - p.13 - "B. No caso de Cooperativa: **Registro da mesma na OCEMG**;"
- e) Tópico: "Anexo I – Termo de Referência - 4- DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO" Item 4.8 – p. 24 - "4.8 Os veículos deverão estar devidamente registrados e licenciados **em nome da empresa contratada**, que na ocasião da assinatura do Contrato e entrega do veículo, deverão apresentar: a) Apólice de seguro (por veículo) b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), exigível no ano corrente, devendo ser reapresentado anualmente."
- f) Tópico: DA AUSÊNCIA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- g) Tópico: "DAS EXIGÊNCIAS NÃO PREVISTAS NO EDITAL"
 - g.1) Da Obrigatoriedade da Aplicação da LGPD nº 13.709/2018
 - g.2) Da Obrigatoriedade da Aplicação do Pacote Anticorrupção nº 12.846/2013.

Nas palavras de Blanchett, os princípios da **isonomia e da discricionariedade** são parecidos e, este, quer dizer que atuar discricionariamente não é 'fazer o que se quer', mas sim o que se mostra no caso concreto mais idôneo para atingir a finalidade (atendimento da necessidade coletiva). (BLANCHET, 1999, p. 15).

A Administração deve tratar a todos igualmente, impessoalmente, sempre visando à consecução do interesse público, restringindo-se à legalidade de seus atos,

sejam eles vinculados ou discricionários. Essa é a característica principal do Princípio da Isonomia. Vejamos o que estabelece o art. 62 da Lei 14.133/21:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

Ocorre que, apesar da exigência de documentos estabelecida, sabe-se que o entendimento já pacificado pelos Tribunais Judiciais, além do Tribunal de Contas da União, é de que a palavra "**EXCLUSIVAMENTE**" não foi empregada pelo legislador sem justificativa.

Nota-se que o termo significa que nada mais poderá ser exigido além da documentação mencionada nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021. Tais artigos relacionam e limitam os documentos a serem exigidos em licitações e contratações diretas, sendo também aplicáveis à modalidade pregão (art. 4º, XIII, c/c art. 9º da Lei nº 10.520/2002).

Quanto às exigências além daquela estabelecida no supracitado artigo de lei, os Tribunais entendem tratar-se de exigências que extrapolam os ditames da legislação de licitações, conforme delineado a seguir:

IV.1.1 - DOS REQUERIMENTOS LISTADOS EM "a" DESTA PETIÇÃO **"1. DO OBJETO" – Item 1.1 – p. 2**

Primeiramente, destaca-se que o edital prevê a contratação de serviços de locação de veículos, em atendimento às necessidades das secretarias municipais, contudo de forma genérica, senão veja:

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a futura e eventual **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR** para atender as demandas das secretarias do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Desse modo, ressalta-se que a economicidade é negligenciada no edital em questão, o que levanta preocupações quanto à isonomia, princípio que assegura a igualdade de oportunidades entre os licitantes.

Nesse entendimento, a jurisprudência do TCU:

A adesão a ata de registro de preços (carona) está condicionada à comprovação da adequação do objeto registrado às reais necessidades do órgão ou da entidade aderente e à vantagem do preço registrado em relação aos preços praticados no mercado onde serão adquiridos os bens ou serviços.

Acórdão 8340/2018-Segunda Câmara

ÁREA: Licitação | TEMA: Registro de preços | SUBTEMA: Adesão à ata de registro de preços

Vale ressaltar, contudo, que as contratações públicas devem ser **justificadas** de acordo com a necessidade da Administração, em atendimento aos princípios da legalidade e eficiência, evitando gastos desnecessários e garantindo a transparência do processo. Ademais, **a definição do objeto da contratação deve ser precisa, suficiente e clara**. Esse requisito visa evitar a limitação da competição por meio de especificações **excessivas**, irrelevantes ou desnecessárias. A clareza na definição do objeto é fundamental para garantir que os licitantes compreendam de maneira inequívoca o que está sendo demandado, permitindo uma participação efetiva e competitiva.

A Nova Lei de Licitações, por seu turno, atualizou o tema para enfatizar a necessidade de planejamento no processo licitatório, assim como a definição do objeto na fase preparatória das licitações, de forma clara e precisa, o que garante a eficiência das contratações, veja-se:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - **a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

Portanto, com base no artigo 18 da Lei 14.133/21, é evidente que a Administração Pública deve realizar uma fase preparatória cuidadosa, envolvendo estudos técnicos e definições claras do objeto, para garantir a legalidade e eficiência

nas contratações públicas, evitando assim possíveis incongruências nos termos de referência e estimativa de preços.

Ademais, há dúvidas quanto à adequação das quantidades, qualidades e condições descritas no Anexo I (termo de referência) em relação às reais necessidades das Secretarias Municipais, o que pode ensejar em prejuízos à competitividade do certame e à eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Ressalta-se a importância de uma análise mais aprofundada sobre a compatibilidade do objeto proposto com os princípios e regras estabelecidos pela legislação vigente, visando assegurar a lisura e a efetividade do processo licitatório.

Vale ressaltar, contudo, a Súmula 177 do TCU aduz:

Súmula 177, TCU: A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação. Na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada é essencial à definição do objeto do pregão.

Ademais, a contratação futura baseada em informações equivocadas sobre os itens da licitação também propicia negócios fraudulentos envolvendo o certame e, portanto, os itens do edital devem ser relacionados conforme estudo de viabilidade técnica, prévio à publicação do edital, e condizente com a realidade do ente público contratante.

Destarte ao exposto, verifica-se potenciais ofensas aos princípios administrativos fundamentais que regem a atuação do poder público, em especial o desrespeito aos princípios da legalidade, economicidade e isonomia. A falta de clareza quanto à unidade no Termo de referência, bem como a aglutinação indevida de itens, configuraram como afronta ao princípio da legalidade, que demanda estrita observância às normas e requisitos legais vigentes.

Consoante o ordenamento jurídico vigente, a Administração Pública está adstrita aos princípios basilares da publicidade e legalidade. A ausência de informações claras e essenciais no edital, viola tais preceitos, prejudicando a competitividade e a lisura do certame licitatório.

Considerando a relevância das omissões identificadas, requer-se a retificação do Edital, com a inclusão das informações referentes a devida justificativa

para a escolha dos veículos solicitados, a fim de garantir a igualdade entre os licitantes e a eficiência na prestação do serviço.

IV.I.II - DOS REQUERIMENTOS LISTADOS EM "b" DESTA PETIÇÃO
"4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA" Item 4.1.2. - p.5

Com base na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), que trouxe importantes mudanças aos processos licitatórios, a Impugnante contesta o item 4.1.2 do edital, que estipula que o licitante deve indicar a marca dos produtos ofertados, com exceção nos casos de prestação de serviços. Em destaque:

4.1.2. Marca e modelo dos veículos ofertados; (quando estes já estiverem disponíveis, a falta desta informação não desclassifica a proposta)

Embora a nova legislação tenha introduzido a possibilidade de a Administração escolher a marca do produto licitado, é fundamental destacar que essa prerrogativa deve ser aplicada de forma excepcional, conforme ressaltado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na Súmula 270.

A mencionada súmula estabelece que a indicação de marca em licitações de compras, incluindo softwares, só é admitida quando estritamente necessária para atender exigências de padronização, devendo haver prévia justificação para essa escolha. No entanto, o item 4.1.2 do edital não parece contemplar essa excepcionalidade, pois exige a indicação da marca dos produtos ofertados sem apresentar critérios claros e justificativa para tal demanda.

Portanto, a Impugnante solicita a revisão do item 4.1.2 do edital, a fim de alinhá-lo às disposições da Lei 14.133/2021 e à jurisprudência consolidada, garantindo assim a observância dos princípios da legalidade, competitividade e isonomia nos procedimentos licitatórios. Essa medida não apenas promoverá a transparência e a lisura do certame, mas também assegurará a participação equitativa de todos os licitantes interessados.

IV.I.III - DOS REQUERIMENTOS LISTADOS EM "c" DESTA PETIÇÃO
"7- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA" Item 7.5. - p.8

O presente edital, ora impugnado, informa prazo de validade das propostas não inferior a 60 dias, veja-se:

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

A referida disposição é incompatível com o § 3º do art. 90 da Lei nº 14.133/21, que estabelece que, "*decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos*".

No caso em tela, o edital prevê apenas um prazo mínimo de validade das propostas, mas não um prazo terminativo. Isso significa que, caso a Administração não convoque os licitantes para a contratação em até 60 dias, eles estarão vinculados à sua proposta por prazo indeterminado.

Tal situação é injustificável, pois coloca os licitantes em uma posição de desvantagem.

Ademais, o dispositivo legal supramencionado expressamente determina que **o prazo de validade da proposta será estabelecido em edital**. Portanto, o item 4.8. contraria esse dispositivo, pois não estabelece, de forma clara e inequívoca, o prazo de validade da proposta, ao vincular os participantes *ad aeternum*.

Além disso, a falta de um prazo concreto de validade da proposta, restringe a competitividade, haja vista a ausência da observância em relação às possíveis variações dos preços de mercado. Desse modo, é importante salientar que a efetividade da licitação concerne à necessidade da Administração Pública de contratar fornecedores. Logo, a inadequação de preços, ao que se pratica no mercado, põe em risco o atendimento efetivo à real necessidade do ente público.

Diante do exposto, requer-se que este I. Pregoeiro adote as medidas necessárias para corrigir a referida incompatibilidade, estabelecendo um prazo máximo de validade da proposta, de acordo com a razoabilidade e o princípio da legalidade.

IV.IV - DOS REQUERIMENTOS LISTADOS EM "d" DESTA PETIÇÃO
"7.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA" Item 7.16.B - p.13

No que concerne à qualificação técnica exigida no edital, nota-se uma restrição na participação de cooperativas, por exigir o registro em órgão sindical, veja-se:

B . No caso de Cooperativa: Registro da mesma na OCEMG;

Vale ressaltar, que pela Lei 14.133/21, em seu art. 62, a documentação para a habilitação deve se limitar à comprovação mínima da capacidade para cumprir o objeto da licitação.

Não somente isso, mas o referido dispositivo legal veda expressamente os atos que "comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, **inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas**", nos termos do art. 9º, inciso I,

Ademais, a exigência do registro na OCEMG cria uma barreira artificial para a participação de cooperativas, violando o princípio da isonomia. Além disso, a exigência é desproporcional ao objeto do pregão, pois não guarda relação com a capacidade da cooperativa de executar o contrato.

Com a vigência do **Decreto Lei 10.273/2020**, no âmbito das contratações públicas, serão estabelecidas medidas de tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para **Microempresas, Empresas de pequeno porte**, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e **Sociedades Cooperativas**, veja-se:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e **sociedades cooperativas**, nos termos do disposto neste Decreto, com objetivo de:

É certo que o, dito princípio, busca igualar a todos interessados envolvidos em dado no processo licitatório, sendo, não atoa, um dos principais pilares do Estado de Democrático de Direito, impondo a comissão de licitação, pregoeira e demais envolvidos pela administração pública que dedique igual tratamento a todos os concorrentes, a começar pelas exigências do edital e na observância de seu cumprimento.

Para Celso Antônio Bandeira de Mello, o conteúdo político-ideológico expresso pelo princípio da isonomia e juridicização podem ser assim delineados:

"A Lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente a todos. Contudo, é próprio da lei desigualar. Com efeito, esta, além de discriminar, trata diferentemente as pessoas. Assim, a determinados indivíduos são deferidos alguns direitos e obrigações que não assistem a outros. Nesses casos, a lei erigiu algo em elemento diferencial, vale

dizer: apanhou (...) algum ou alguns pontos de diferença a que atribuiu relevo para fins de discriminar situações, inculcando a cada qual efeitos jurídicos correlatos e, de conseguinte, desuniformes entre si."

Há que se destacar, ainda, que pela restrição na participação das Cooperativas pela imposição do requisito aqui denunciado, se torna um tanto quanto curioso, **levando a crer em um possível direcionamento** do certame licitatório, o que não deve ser admitido.

Portanto, torna-se necessário que seja alterado o edital à luz dos princípios que regem a Administração Pública e a Constituição Federal, principalmente o princípio da igualdade material e o da não discriminação, possibilitando que as Cooperativas participem do certame de forma igualitária e evitando eventuais violação ou restrição de direitos.

IV.IV - DOS REQUERIMENTOS LISTADOS EM "e" DESTA PETIÇÃO
" Anexo I – Termo de Referência - 4- DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À
EXECUÇÃO DO OBJETO" Item 4.8 – p. 24

O edital impugnado exige que o licitante tenha a propriedade dos veículos, ora veja:

4.8 Os veículos deverão estar devidamente registrados e licenciados em nome da empresa contratada, que na ocasião da assinatura do Contrato e entrega do veículo, deverão apresentar

- a) Apólice de seguro (por veículo)
- b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), exigível no ano corrente, devendo ser reapresentado anualmente.

A exigência de apólice de seguro e CRLV no ano corrente, com reapresentação anual, **viola o disposto no art. 63 da Lei nº 14.133/2021**. A norma determina que a documentação na fase de habilitação seja restrita ao necessário para comprovar a capacidade do licitante para executar o objeto da licitação.

Nesse sentido, o precedente do TCU aduz:

"As exigências de habilitação no certame licitatório devem limitar-se ao mínimo necessário à garantia da execução do futuro contrato."
Acórdão 1332/2007 Plenário

No presente caso, a exigência de apólice de seguro e CRLV **excede o necessário** para comprovar a capacidade da empresa em fornecer os veículos. A mera apresentação do **CRLV válido** comprova a regularidade do veículo e sua aptidão

para circulação, tornando irrelevante a exigência de seguro e sua renovação anual.

Além disso, a exigência de apólice de seguro e CRLV no ano corrente, com reapresentação anual, para veículos que serão **apenas utilizados** pela empresa contratada, **fere os princípios da legalidade, da isonomia, da economicidade e da razoabilidade.**

A Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), em seus artigos 63 e 67, limita a documentação exigível na fase de habilitação no que concerne à **qualificação técnico-profissional e técnico-operacional** dos licitantes.

Portanto, verifica-se que o edital impõe um **ônus excessivo e desnecessário** às empresas licitantes, **onerando** o processo licitatório e **dificultando a participação** de empresas de pequeno porte ou equiparadas. As empresas que não possuem veículos próprios, mas que **possuem capacidade técnica para executar o objeto da licitação**, podem ser **desmotivadas a participar** do certame.

Isso **viola os princípios da isonomia e da economicidade**, pois **favorece empresas com maior poder financeiro e prejudica a competitividade** do pregão.

Ademais, tais exigências **geram custos desnecessários** para as empresas e **atrasa o início da execução** dos contratos, **sem trazer qualquer benefício** para a Administração Pública.

Portanto, a exigência em questão pode ser considerada como indo além do escopo permitido pela Lei de Licitações, podendo ser impugnada com base na falta de respaldo legal direto. Desse modo, requer a retificação do edital, para suprimir a demonstrada ofensa à legalidade e competitividade quanto à exigência de propriedade dos objetos licitados e as demais do item 4.8, presente no termo de referência do certame.

IV.IVI - DOS REQUERIMENTOS LISTADOS EM "F" DESTA PETIÇÃO "DA AUSÊNCIA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR"

O certame foi publicado no endereço eletrônico da Prefeitura de Juatuba e no Diário Oficial do Município sem, contudo, disponibilizar o anexo do Estudo Técnico Prévio (ETP).

Todavia, convém destacar que o estudo técnico prévio é uma ferramenta de planejamento que visa garantir a eficiência, a economicidade e a qualidade das contratações públicas, conforme os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência que regem a administração pública (art. 37 da Constituição Federal).

Desse modo, o ETP permite uma análise minuciosa das demandas e requisitos do órgão ou entidade, garantindo que o objeto a ser contratado atenda de forma eficiente e eficaz às necessidades reais, evitando desperdícios, sobrepreços, superfaturamentos, contratações desnecessárias ou inadequadas.

O ETP também possibilita uma estimativa de preços mais precisa e realista, baseada em pesquisas de mercado, em parâmetros técnicos e em critérios objetivos de aceitabilidade, evitando prejuízos ao erário e à competitividade dos licitantes.

Ademais, trata-se de etapa obrigatória em todos os processos de licitação, independentemente da modalidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/21 (art. 18º, inciso I), o qual dispõe que a fase preparatória da licitação é caracterizada pelo planejamento e a descrição da necessidade da Administração deve ser baseada no ETP.

Sendo assim, o ETP deve conter, em conformidade com os termos do art. 18, § 1º, no mínimo, os seguintes elementos: necessidade da solução que será contratada; alinhamento da contratação com os objetivos (plano estratégico) do órgão contratante; requisitos de contratação; análise do consumo previsto; estimativa de preços; análise de viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental; definição da modalidade, do tipo e do regime de execução; definição dos critérios de julgamento e de aceitação do objeto; definição das condições de pagamento; definição das sanções administrativas; definição das cláusulas contratuais essenciais. Além disso, o documento deve ser elaborado pela equipe de planejamento da contratação, composta por servidores qualificados e com conhecimento técnico sobre o objeto, sob a responsabilidade do titular da área técnica demandante.

Além disso **o próprio Sistema de Registro de Preços para ser justificável, precisa de um levantamento sobre a expectativa do uso**, por parte da Administração Pública.

Nesse sentido, o TCU:

O TCU deu ciência a um órgão estadual sobre irregularidade caracterizada pela situação de processos licitatórios na modalidade pregão não terem sido precedidos de suficiente motivação para escolha pelo Sistema de Registro de Preço (SRP), de modo a evidenciar se seria de fato a opção mais econômica para a administração, bem como não fora oferecida motivação satisfatória para a determinação dos quantitativos licitados.
Acórdão 310/2014-Plenário

Portanto, é indispensável que haja a elaboração do ETP, antes da criação do projeto básico, assim como deve ser aprovado pela autoridade competente antes da publicação do edital ou da dispensa de licitação. Desse modo, o presente certamente deverá ser no mínimo suspenso, para a elaboração do ETP e, por conseguinte, retificado nos termos do resultado do estudo, garantindo assim um processo licitatório justo, transparente e eficaz para a Administração Pública, bem como garantindo o melhor aproveitamento dos recursos.

IV.I.VI - DOS REQUERIMENTOS LISTADOS EM "g" DESTA PETIÇÃO "DAS EXIGÊNCIAS NÃO PREVISTAS NO EDITAL"

Ocorre que no edital não é mencionado quanto a obrigatoriedade da aplicação das leis LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) nº13.709/2018 e do Pacote Anticorrupção n. 12.846/2013 sendo fundamental no processo de licitação no âmbito da administração pública.

A **LGPD** regulamenta o tratamento de dados pessoais, garantindo a privacidade e segurança das informações envolvidas no processo licitatório. Já o **Pacote Anticorrupção**, por sua vez, fortalece medidas de combate à corrupção, reforçando a ética e a eficiência da gestão pública. Por isso, é fundamental que a administração pública observe e aplique essas leis no processo de licitação, garantindo a proteção dos direitos dos cidadãos, a transparência e a integridade dos processos administrativos.

Portanto, o edital, ora impugnado, não prevê quanto a aplicabilidade das leis mencionadas, sendo de suma importância, o que passaremos a expor a seguir.

1- DA OBRIGATORIEDADE DA APLICAÇÃO DA LGPD Nº13.709/2018

A aplicação da chamada LGPD, em vigor desde agosto de 2020, a Lei 13.709/2018 conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados, determina que empresas e entes públicos, que coletam dados pessoais (sejam eles de clientes, funcionários ou fornecedores) precisam realizar o tratamento desses respectivos dados.

Mas, o principal da Legislação em comento é proteger as informações pessoais dos cidadãos que são armazenadas e "tratadas" pelas empresas privadas e órgãos públicos, unificando algumas regras já existentes na legislação brasileira, mas que se encontravam esparsas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet, por exemplo.

Nessa esteira, a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) impôs à Administração Pública o dever de adequar suas práticas de tratamento de dados pessoais sob o manto da privacidade. Nesse sentido, a Lei de Proteção de Dados Pessoais dedicou seu Capítulo IV integralmente para regular o tratamento de dados pelo Poder Público.

Em relação às licitações e contratações públicas, a leitura conjunta da Nova Lei de Licitações com a LGPD aponta para o dever específico da Administração Pública de avaliar o conteúdo de documentos e informações que contenham dados pessoais que serão exigidos como condição para participar do certame ou ser contratado e de justificar a exigência de documentos que não sejam de apresentação obrigatória por força de Lei.

Neste momento, a adequação do Poder Público à LGPD em licitações e contratações públicas e, nesse passo, o bom uso dos dados que serão acoplados ao Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, depende essencialmente de sopesar se e quando a integração de dados pessoais é realmente necessária para a finalidade de conferir mais transparência às contratações e quais desses dados pessoais são realmente necessários e adequados a tanto.

Logo, a LGPD aplica-se às empresas de todos os setores da economia e principalmente à administração pública e àqueles que com ela firma contratos, sendo obrigatório que realizem o tratamento de dados pessoais, independentemente do meio (físico ou digital), do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados.

O STJ posiciona sobre o tema, seguindo a inteligência do art. 3º da referida Lei, em seu sítio eletrônico, in verbis:

"A LGPD é aplicável a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país no qual estejam localizados os dados, desde que a operação de tratamento de dados seja realizada no Brasil; a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta de bens ou serviços ou o manejo de dados de indivíduos localizados no país; ou, ainda,

que os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados em território nacional."

Não há dúvidas de que os órgãos públicos são obrigados a se adequarem à LGPD e, consequentemente, têm que estabelecer que as empresas selecionadas nos ditames licitatórios também estejam conformadas com essa legislação para poder executar o objeto dos contratos.

Em mesmo sítio eletrônico o STJ elucida, agora conforme o artigo 4º da LGPD, quais são as únicas exceções:

"Entretanto, estão excluídos da aplicação da lei alguns meios de tratamentos de dados, a exemplo daqueles realizados para fins exclusivamente **jornalísticos, artísticos e acadêmicos**, além de informações relacionadas exclusivamente à segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado e a atividades de investigação e repressão de infrações penais."

Vale citar que, por exemplo, que no decorrer das atividades de transporte escolar a empresa vencedora deverá manipular dados de Crianças e Adolescentes, sendo que a LGPD dedica Seção exclusiva para o tema, sendo previsto na Seção III, **Do Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescentes a obrigatoriedade de se realizar a segurança de tais informações.**

Não é muito dizer que a exigência das medidas de proteção de dados está presente em editais de licitação em todo o país. Por exemplo, em 18 de janeiro de 2021 a Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA - lançou um edital para prestação de serviços de gestão de projetos e processos de tecnologia. No capítulo sobre obrigações da contratada consta "*h) Obedecer à Lei Geral de Proteção de Dados*", embora não mencione como tal requisito possa ser demonstrado. Ainda, no edital do MINISTÉRIO DA CIDADANIA no capítulo de Deveres e Responsabilidades, destaca que a empresa contratada deve executar o objeto em "*estrita observância dos ditames estabelecido pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD)*"

Portando, indiscutível a obrigatoriedade da aplicação das regras contidas na LGPD para os entes Públicos e empresas privadas, sobretudo para aquelas que mantêm estreito relacionamento junto à Administração Pública.

2- DA OBRIGATORIEDADE DA APLICAÇÃO DO PACOTE ANTICORRUPÇÃO N. 12.846/2013

A Lei Anti-Corrupção estabelece medidas para prevenir e combater a corrupção, incluindo a responsabilidade das empresas pelos atos de corrupção cometidos por seus funcionários ou agentes. Alguns dos artigos relacionados à governança corporativa incluem o Artigo 9º, que exige que as empresas adotem medidas eficazes para prevenir e detectar a prática de atos ilícitos, como a implementação de códigos de ética e conduta, programas de compliance e mecanismos de denúncia; e o Artigo 20, que exige que as empresas comuniquem à autoridade competente qualquer fato que indique a prática de ato ilícito relacionado à corrupção.

A previsão do pacote anticorrupção em edital de licitação é obrigatória e tem como objetivo garantir a transparência e a lisura nas licitações públicas. O pacote anticorrupção é uma série de medidas criadas para combater a corrupção no Brasil, e inclui a obrigatoriedade de incluir cláusulas específicas em editais de licitação que reforçam o compromisso da administração pública em prevenir e combater a corrupção.

Desse modo, a obrigatoriedade das empresas se adequarem aos mecanismos da referida Lei se faz presente na própria legislação, veja:

“Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. **Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.**

A referida lei prevê, por exemplo, que a empresa licitante não pode ter sido condenada por corrupção ou crimes contra a administração pública, e que deve seguir regras éticas e de integridade durante a realização do contrato. Além disso, a inclusão do pacote anticorrupção em edital de licitação também garante que haverá sanções para aqueles que tentarem atuar de forma corrupta durante o processo licitatório.

Portando, indiscutível a obrigatoriedade da aplicação das regras contidas na Lei Anticorrupção para os entes Públicos e empresas privadas, sobretudo para aquelas que mantêm estreito relacionamento junto à Administração Pública.

IV.II DO RESPEITO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

Conforme mencionado em tópico anterior, a administração pública rege-se por alguns princípios, estes entabulados no art. 37 da Constituição Federal, que disciplina o seguinte:

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; (...) (BRASIL, 1988)

Neste sentido, o Poder Constituinte Originário, ao elaborar a nova ordem constitucional democrática, salientou de forma clara e prudente que os atos administrativos do poder público **NECESSITAM seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, e com isso, o agente público, não tem disponibilidade e nem interesse em diferenciar os indivíduos. Ademais, a própria Constituição Federal, em seu artigo, 5º, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, determina, ainda, que TODOS são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Vale ressaltar ainda que é necessário observar o Princípio da Isonomia, pelo qual garante o tratamento igualitário entre os participantes, independente da modalidade da categoria empresarial, de modo a assegurar a competitividade em relação aos licitantes.

Ainda, toma-se evidente o necessário respeito ao Princípio da Livre Iniciativa, como já mencionado, expressamente previsto no art. 170, V, de nossa Constituição Federal, de modo a assegurar a liberdade de mercado, criação de novas empresas, e tratamento igualitário entre as pessoas jurídicas.

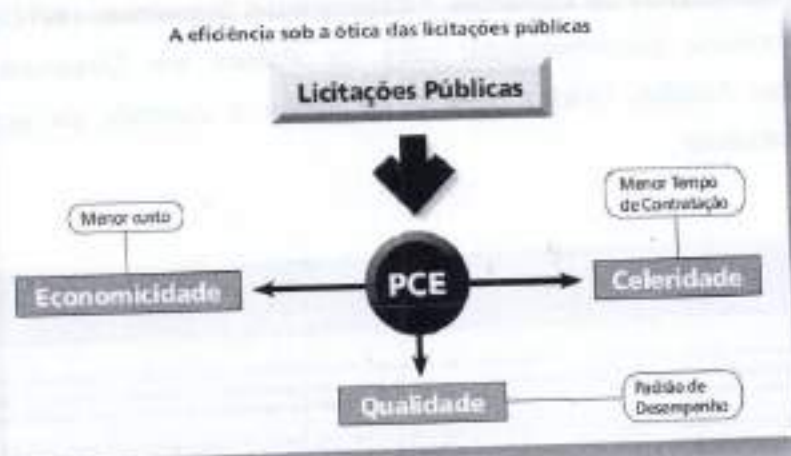
Desse modo, sabe-se que a Administração Pública deve sempre agir nos exatos termos da lei. Mas ainda além, sua conduta deve encontrar respaldo nas orientações veiculadas nos princípios, os quais serviram de alicerce à própria edição das normas jurídicas.

Como sabido, os recursos orçamentário-financeiros¹, públicos ou privados, por natureza são escassos, o que implica dizer que qualquer processo licitatório, que

¹ Por analogia, pode-se considerar os recursos orçamentário-financeiros públicos como um tipo de bem econômico de caráter rival. "Os bens econômicos são aqueles relativamente escassos ou que demandam trabalho humano. Assim, o ar [e a luz do sol] é um bem livre [satisfaz necessidade e supre carência, mas existe em abundância na natureza e não pode ser monopolizado], mas o minério de ferro é um bem econômico" (SANDRONI, 2002, p. 51). "Dizemos que há rivalidade no consumo de um bem se o consumo desse bem [recurso] por parte de uma pessoa [Órgão] reduz a disponibilidade do mesmo para outras pessoas [Órgão]" (VASCONCELLOS & OLIVEIRA, 2000, p. 283). "Órgão - Ministério, Secretaria ou Entidade

venha a contratar ou não, submete ao ente público a custos explícitos e implícitos, sendo esses também chamados de custos alternativos ou de oportunidade.²

Niebuhr (2006, p. 43)³ nos apresenta a noção de "eficiência em licitações públicas gira em torno de três aspectos fundamentais: preços, qualidade e celeridade". Aqui, quando o tema é licitações, os preços estão vinculados à economicidade (menor custo), o que não ocorre na aplicação da análise econômica em outros ambientes. Arelado ao triplo aspecto encontra-se a eficiência propriamente dita, sendo que a celeridade faz referência ao prazo entre a publicação do ato convocatório e o recebimento do objeto/serviço adquirido/contratado. Já a qualidade, a seu modo, faz referência a padrões de desempenho e, assim sendo, traz consigo dado fator de subjetividade. Pela figura adiante pode-se explicar, segundo Niebuhr, dada relação:



desse mesmo grau, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias". Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_o.asp>. Acesso em: 9 dez. 2008.

² Segundo Vasconcellos (2002, p. 29), "custo de oportunidade é grau de sacrifício que se faz ao optar pela produção [aquisição ou contratação] de um bem, em termos da produção [aquisição ou contratação] alternativa sacrificada. O custo de oportunidade ou custo implícito, haja vista que não implica dispêndio monetário direto, almeja mostrar que dada a escassez de recursos, tudo tem um custo em economia, mesmo não envolvendo dispêndio financeiro, ou seja, o custo da escolha". Conforme Viceconti & Neves (2008, p. 1), "Os desejos e necessidades da sociedade são ilimitados e os recursos [orçamentário-financeiros] para efetiva-se a produção [contratação ou aquisição] dos bens e serviços que devem atendê-los são limitados".

³ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Pregão presencial e eletrônico*. 4. ed. rev. atual. ampl. Curitiba: Zênite, 2006. p. 43-46.

Acrescenta-se ao quadro importante dimensão conceitual apresentada por Chiavenato (2003, p.155)⁴:

Eficácia é uma medida do alcance de resultados, enquanto a eficiência é uma medida da utilização dos recursos nesse processo. Em termos econômicos, a eficácia de uma empresa refere-se a sua capacidade de satisfazer uma necessidade da sociedade por meio do suprimento de seus produtos (bens e serviços), enquanto a eficiência é uma relação técnica entre entradas e saídas. Nesses termos, a eficiência é uma relação entre custos e benefícios, ou seja, uma relação entre recursos aplicados e produto final obtido: é a razão entre o esforço e o resultado, entre a despesa e a receita, entre o custo e o benefício resultante.

É de grande valor apresentar o quadro em que, segundo a concepção da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI)⁵ e do Manual de Auditoria Governamental para os Países em Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), se expõe o conceito de economia, de eficiência e de eficácia:

ECONOMIA, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA	
Intosai	Manual da ONU
<p>Economia: Consiste em reduzir, ao máximo, o custo dos recursos empregados em uma atividade, sem sacrificar a devida qualidade.</p> <p>Eficiência: relação entre produto – em termos de bens, serviços e outros resultados – e os recursos empregados para produzi-los.</p> <p>Eficácia: grau com que os objetivos são alcançados e a relação entre os resultados das atividades e os resultados reais de determinada atividade.</p>	<p>Economia: adotar a melhor prática e otimizar os assuntos de uma entidade, empresa ou projeto público, com o objetivo de reduzir os custos operacionais, sem o objetivo de cumprir as funções e as responsabilidades estabelecidas por lei e regulamentar ou recomendadas especificamente.</p> <p>Eficiência: realização das metas de produção planejadas e dos outros objetivos específicos programados de maneira sistemática, que contribui para reduzir custos operacionais, sem prejuízo do nível de qualidade ou da quantidade dos serviços prestados pela entidade, empresa ou projeto público.</p> <p>Eficácia: adoção de um curso de ação que permita o alcance dos planos, objetivos ou metas (benefícios) determinados previamente e claramente definidos, para entidades, empresas ou projetos públicos e custos não razoáveis econômicos, de maneira factual e com prazo estabelecido ou de razoável eficiência.</p>

FONTE: ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. Op. Cit., p. 17-18.

Por isso, Barros (2005, p. 17)⁶, indica que a eficiência “busca a utilização racional dos recursos ou meios, para atingir os objetivos ou metas. [...] significa a

⁴ CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7. ed. 5. reimp. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003. p. 155-156.

⁵ A Intosai (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores) é um organismo filiado à ONU (Organização das Nações Unidas) com sede em Viena, Áustria, cuja finalidade é fomentar intercâmbios de idéias e de experiências entre as Instituições Superiores de Controle e Finanças Públicas. (Cf. ARAÚJO & ARRUDA, 2004, p. 17).

⁶ BARROS, Márcio dos Santos. *502 comentários sobre licitações e contratos administrativos*. São Paulo: NDJ, 2005. p. 17-18.

busca de aquisição do bem ou da disponibilidade necessários à Administração da forma mais econômica possível, sem perda da qualidade exigida".

Nesse contexto, os cientistas apegados ao formalismo matemático, nos indica a expressão matemática do conceito de eficiência quando aplicado às Licitações Públicas, onde a eficiência (E) se apresenta como função direta da economicidade, sendo (e), já (c) representa a celeridade e (q) a qualidade, para compor a seguinte equação: $E = f(e, c, q)$

Já em relação à utilidade, tem-se que vantajoso mencionar que o princípio da "vantajosidade" é chamado por Justen Filho de princípio da República, pelo qual se "impõe a todo o governante o dever de promover a melhor gestão possível", orientando, pois, o princípio da "vantajosidade" já que a melhor proposta é, inevitavelmente, a mais vantajosa. Porém, deve-se ter em mente o fato de que "a vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato".⁷

Ademais, esclarece Justen Filho que "a maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração" se concretiza mediante relação entre "custo-benefício" presente entre o particular contratante e o Estado⁸, nos levando a crer que aquela situação de extrema vantagem para o ente público em contraponto a extrema desvantagem para o licitante é igualmente prejudicial aos interesses públicos, eliminando a utilidade total esperada, para o bem comum.

Sendo óbvio que o conceito de utilidade mantém estreita relação semiótica com a ideologia utilitarista, já que essa se expressa pela busca constante daquela, tem-se que Tim Mulgan, buscando compreender a essência do utilitarismo e encontrar a vontade do ser humano, indica que:

"os filósofos utilitaristas modernos falam em termos mais neutros (do que 'felicidade'): bem-estar, bem-estar social, 'o que quer que faça a vida valer a pena'; ao passo que os utilitaristas economistas tendem a usar o termo técnico de Bentham: utilidade".⁹

Nessa expressão que torna importante perceber que as normas fundamentais se expressam pelo corolário do bem comum, nota-se, não se fazem

⁷ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª ed., São Paulo: Dialética, 2008.

⁸ JUSTEN FILHO, p. 62-63.

⁹ MULGAN, Tim. Utilitarismo. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 88.

expressar pelo interesse público em si, estão fundamentadas, pois, não no bem-estar geral, mais individual. Tal pensamento guarda seu lastro no fato de que o núcleo essencial da Constituição versa acerca de direitos individuais e, a partir deles, se determina todas as outras normas.

Portanto, por exemplo, o que é aparentemente vantajoso para a Administração Pública, ao considerar sua saúde financeira, pode não o ser para o bem comum, ou seja, pode não resguardar aos interesses da coletividade ou das pessoas em suas expressões individuais, o que inclui as pessoas jurídicas.¹⁰

Sendo assim, não sendo indiferente para o presente edital, requer-se que o presente processo licitatório, em seu brilhantismo, seja regido em consonância com o Ordenamento Jurídico, principalmente no que tange os princípios da concorrência, eficiência, isonomia, legalidade, impessoalidade e moralidade, e em contrapartida, qualquer ato considerado abusivo e desnecessário, seja banido do procedimento, ora impugnado.

V – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, deve ser acatada a presente impugnação, promovendo-se, por via de consequência, a republicação do instrumento convocatório devidamente regularizado, retirando-se as exigências dos documentos aqui impugnados, por serem requisitos desautorizados por lei, que ferem com princípios administrativos e Constitucionais licitatórios, e que restaram comprovados como abusivos com a consequente republicação do edital.

Nestes termos, certo do comprometimento desta i. Pregoeira ao cumprimento fiel da Lei e da Constituição Federal,

Pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 12 de março de 2024.


TRATTAR LIMPEZA URBANA E MEIO AMBIENTE
CNPJ 07.474.431/0001-39

¹⁰ JUSTEN FILHO, p. 63.



PEDIDO DE CONSULTA /PARECER

Parecer nº. 138/PGM/2024

Requerente: Setor de Licitações

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTA

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO –
PREGÃO ELETRÔNICO 61/2023 –
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

RELATÓRIO:

Trata-se de recurso apresentado pela empresa **W F EMPREENDIMENTOS & CONSTRUÇÕES DIVINENSE** insurgindo contra disposições do edital.

A impugnante alega, em síntese:

- a. exigência excessiva consubstanciada em necessidade de indicação de marca e modelo na proposta;
- b. falta de indicação de prazo de validade máximo da proposta;
- c. necessidade de registro, em caso de cooperativa, na OCEMG;
- d. necessidade de apresentação de CRLV e seguro dos veículos no ato de assinatura do contrato;
- e. Ausência de publicação de Estudo Técnico Preliminar;
- f. Ausência de previsão acerca LGPD e Lei Federal nº. 12.128/2013.

66





É o relatório.

DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, verificamos a tempestividade da impugnação.

DO MÉRITO

EXIGÊNCIA EXCESSIVA CONSUBSTANCIADA EM NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE MARCA E MODELO NA PROPOSTA

O impugnante alega frente à Súmula 270 do TCU que prescreve que a indicação de marcas em licitações de compras só é admitida quando estritamente necessária para atender exigências de padronização.

Ocorre que o edital assim dispõe:

1. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.1.1. Valor unitário e total do item;

1.1.2. Marca e modelo dos veículos ofertados; (quando estes já estiverem disponíveis, a falta desta informação não desclassifica a proposta)

Primeiramente, não há indicação de marca por parte da Administração. Há orientação para que no preenchimento da proposta o licitante interessado indique a marca e modelo de veículo ofertado.

Em segundo lugar, há expressa menção no sentido de que a falta desta informação no preenchimento proposta por parte do licitante não acarreta desclassificação.

Claramente a disposição editalícia **em nada correspondente** com a situação disciplinada na Súmula citada e não merece prosperar.





FALTA DE INDICAÇÃO DE PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE DA PROPOSTA

De fato, o art. 90, da Lei nº. 14.133/2021 dispõe que o prazo de validade de proposta deverá constar no edital e a previsão no certame aqui tratado de apenas prazo mínimo pode levar a interpretações errôneas.

Recomenda-se, portanto, que seja alterada a cláusula 4.8 para dispor o prazo máximo de validade das propostas.

NECESSIDADE DE REGISTRO, EM CASO DE COOPERATIVA NA OCEMG

A cláusula 7.16 B trata das exigências de qualificação técnica e exige, no caso de cooperativas, registro na OCEMG.

O impugnante insurge contra a exigência por entender ser restritiva.

O TCE/MG já se manifestou sobre impossibilidade de incluir em edital exigência de registro de cooperativa em sindicato da categoria. Transcrevemos abaixo a ementa:

*DENÚNCIA. PREFEITURA. IRREGULARIDADES EM PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO. REGISTRO DE PREÇOS. PESQUISA DE PREÇOS INSATISFATÓRIA EM DECORRÊNCIA DA MÁ DEFINIÇÃO DO OBJETO. O TIPO DE LICITAÇÃO *¿POR PREÇO GLOBAL¿* RESTRINGE INDEVIDAMENTE O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. EXIGÊNCIA DE QUE A COOPERATIVA TENHA REGISTRO EM SINDICATO DA CATEGORIA. INCOERÊNCIA ENTRE OS OBJETOS DESCRITOS NO CORPO DO EDITAL E EM SEU ANEXO I. EXIGÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL REGISTRADA EM ÓRGÃO COMPETENTE. EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. *¿CARONA¿* NO REGISTRO DE PREÇOS. EXIGÊNCIA EXCESSIVA DO VALOR DO CAPITAL SOCIAL. DOS QUANTITATIVOS E DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS. AUSÊNCIA DE PARCELAMENTO DO OBJETO LICITADO. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE ATESTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL.*

Número: 886599
Natureza: DENÚNCIA
Relator: CONS. JOSÉ ALVES VIANA





Dessa forma, de forma a garantir a competitividade na licitação em tela, recomenda-se que seja retirado o item 7.16 B.

NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CRLV E SEGURO DOS VEÍCULOS NO ATO DE ASSINATURA DO CONTRATO

O impugnante sustenta que o edital exige que o licitante interessado tenha propriedade prévia de veículo, na forma da cláusula 4.8 do Termo de Referência. Além disso, sustenta a desnecessidade de reapresentação anual dos dois documentos por se tratar de veículos que serão utilizados pela empresa e não pela Administração.

Vejamos a transcrição da cláusula descrita:

4.1 Os veículos deverão estar devidamente registrados e licenciados em nome da empresa contratada, que **NA OCASIÃO DA ASSINATURA DO CONTRATO** e entrega do veículo, deverão apresentar:

a) Apólice de seguro (por veículo)

b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), exigível no ano corrente, devendo ser reapresentado anualmente.

Observa-se que o momento de apresentação dos documentos está **EXPRESSAMENTE** previsto como sendo **na assinatura do contrato**, não havendo quaisquer disposições editalícias que exija dos interessados propriedade prévia de veículos.

Sobre a necessidade de reapresentação anual dos documentos, a Administração tem o poder-dever de fiscalizar o serviço prestado permanentemente, devendo zelar pelo bom funcionamento e cumprimento de normas.

Logo, por não se tratar de documento exigido na fase de habilitação e por não onerar nenhum licitante interessado, a exigência prevista no ato assinatura se encontra na margem de discricionariedade da Administração de exigir o CRLV e apólice de seguro dos veículos do licitante vencedor e anualmente.

AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O impugnante aponta irregularidade na falta de publicação de Estudo Técnico Preliminar, documento que é inovação da Lei nº. 14.133/2021.

A Nova Lei de Licitações conceitua o documento como sendo "documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público





envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”.

Veja que o estudo faz parte da fase preparatória da licitação e os documentos da fase preparatória são disponibilizados no PNCP após a homologação da licitação, na forma do art. 54, § 3º, da Lei de Licitações, *in verbis*:

Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

(---)

§ 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

Ademais, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG^[1] respondeu consulta sobre o tema no seguinte sentido: “o estudo técnico preliminar ETP é, em regra, obrigatório nas modalidades de licitação previstas na Lei n. 14.133/2021, porquanto constitui importante instrumento de planejamento das contratações públicas nos termos do inciso XX, do art. 6º desse mesmo diploma legal. Contudo, dependendo das particularidades do objeto licitado, das condições da contratação e da modalidade licitatória, a elaboração do ETP poderá ser facultada ou dispensada, devendo o agente público responsável justificar expressamente em cada caso nos autos do Processo Administrativo as razões e os fundamentos da decisão de não elaboração do ETP”. TCE – MG – Processo n.º 1102289 – Consulta – Tribunal Pleno. Deliberado em: 08/03/2023.

Portanto, a alegação do impugnante resta totalmente improcedente.

AUSÊNCIA DE PREVISÃO ACERCA LGPD E LEI FEDERAL Nº. 12.846/2013.

As leis citadas pelo impugnante são leis nacionais e a administração municipal está sujeita aos respectivos regimes, independente de previsão em edital.





Além disso, não consta na Lei nº. 14.133/2021 as referidas previsões como cláusulas necessárias do edital.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, conhecemos da presente impugnação e, no mérito, fica parcialmente acatada a impugnação de forma alterar o edital nos seguintes pontos:

- a) recomenda-se que seja retirado o item 7.16 B.
- b) que seja alterada a cláusula 4.8 para dispor o prazo máximo de validade das propostas

É o parecer.

Juatuba, 12 de março de 2024.

Luis Fernando Moreira Mendes

OAB/MG 69.677

Procuradoria Geral do Município

Marina Augusto de Moraes

OAB/MG 154.793

Procuradoria Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

PA nº313/2023

Pregão Eletrônico nº 061.2023

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual locação de veículos leves e utilitários com combustível e condutor

**DECISÃO SOBRE A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA W F
EMPREENHIMENTOS & CONSTRUÇÕES DIVINENSE**

A impugnação foi apresentada no dia 12/03/2024, portanto é tempestiva, devendo ser analisada. A impugnante alega:

- a. exigência excessiva consubstanciada em necessidade de indicação de marca e modelo na proposta;
- b. falta de indicação de prazo de validade máximo da proposta;
- c. necessidade de registro, em caso de cooperativa, na OCEMG;
- d. necessidade de apresentação de CRLV e seguro dos veículos no ato de assinatura do contrato;
- e. Ausência de publicação de Estudo Técnico Preliminar;
- f. Ausência de previsão acerca LGPD e Lei Federal nº. 12.12.846/2013.

A presente impugnação foi remetida à Procuradoria Geral do Município, que emitiu o Parecer nº138/PGM/2024, que se encontra anexado ao processo.

Conforme parecer jurídico, que se encontra devidamente fundamentado, o qual será seguido pelo Pregoeiro, não sendo necessário reproduzi-lo nesta decisão;

O Pregoeiro resolve, acatar parcialmente a impugnação.

Diante do exposto o Pregoeiro no uso de suas atribuições, acatará o pedido da empresa impugnante, retirando do edital o item 7.16 letra B e alterando o texto do item 4.8 do edital de forma a não deixar dúvidas quanto ao prazo máximo de validade da proposta. O edital será retificado e republicado.

Juatuba, 13 de março de 2024


Rônei Baptista Rodrigues
Pregoeiro

EM BRANCO

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Evento de Suspensão Divulgado

Órgão	UASG de Atuação			
95120 - ESTADO DE MINAS GERAIS	992691 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA			
Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00061/2023	Tradicional	Eletrônico	Aberto/Fechado
Lei	Critério de Julgamento			
Lei nº 14.133/2021	Menor Preço/Maior Desconto			
Tipo de Objeto				
Serviços Comuns				
Id contratação PNCP				
18715615000160-1-001382/2023				
Objeto	Registro de preços - locação de veículos leves e utilitários com combustível e condutor			

Motivo do Evento de Suspensão

Em virtude de impugnação acatada parcialmente, para retificação do edital.

Divulgação do Aviso de Evento

Data da Divulgação

14/03/2024

CPF do Responsável

590.202.616-49

Nome

JOSE MARCIO DE OLIVEIRA

Função

Sec. Administração

Informações Adicionais do Aviso de Evento

Data/Hora da Disponibilização para Divulgação

13/03/2024 às 09:57

CPF do Responsável pela Disponibilização para Divulgação

559.173.216-04

Históricos de Eventos

Evento	Situação do Evento	Data da Publicação/Divulgação	Ação
Alteração	Divulgado	19/01/2024	Visualizar
Suspensão	Divulgado	01/02/2024	Visualizar
Reabertura	Divulgado	04/03/2024	Visualizar
Suspensão	Divulgado	14/03/2024	Visualizar

[Visualizar Licitação](#)[Nova Pesquisa de Eventos](#)

EM BRANCO

Re: Fwd: Re: Esclarecimento Pregão Eletrônico N° 61/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA

De licitacao@juatuba.mg.gov.br em 2024-03-14 14:17

De: DatasVes Calendários

Contatos

Olá Ronel, boa tarde!

Calendário

Após análise interna, optou-se pela não exigência da placa vermelha.

Configurações

Atenciosamente,
Bruna Oliveira

Modo escuro

Em 2024-03-13 08:21, licitacao@juatuba.mg.gov.br escreveu:

Olá Bruno, bom dia
a questão da placa vermelha permanece,
favor analisar as alíneas.

Ronel

----- Mensagem original -----

Assunto: Re: Esclarecimento Pregão Eletrônico N° 61/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA

Data: 2024-03-11 10:11

De: licitacao <licitacao@juatuba.mg.gov.br>

Para: licitacao <licitacao@juatuba.mg.gov.br>

Prezados,

As placas de cores vermelha indicam que aquele autoveículo é utilizado para o transporte de aluguel, como onibus, vans, táxis e caminhões - ou seja, os veículos em análise podem exercer atividade remunerada (EAR), com transporte de passageiros ou cargas.

Como a prefeitura vai exigir carros com placas vermelhas? Então o processo licitatório seria para TAXIS? Ou esse especificação seria apenas para veículos de carga?

Eduardo Penedo

Jamini Portes

Departamento de Licitações

[<https://cooperativajuatuba.com.br/> | <https://www.cooperativajuatuba.com.br/>]

----- Mensagem original -----

De: "licitacao" <licitacao@juatuba.mg.gov.br>

Para: "licitacao" <licitacao@juatuba.mg.gov.br>

Enviadas: terça-feira, 12 de março de 2024 8:17:15

Assunto: Re: Esclarecimento Pregão Eletrônico N° 61/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA

Resposta:

No item 3.1 do Termo de Referência do edital, está descrita a quantidade de veículos para cada lote, ou seja, no lote 01 item 3.1.1 por ex.: serão locados 05 (cinco) veículos, porém é descrito no 5º (serviços), cada serviço equivale a 12 meses de locação, então cada 12 serviços equivale à locação de 01 veículo para o período de 12 meses. A proposta será pelo valor total de cada lote. Então na proposta o preço unitário equivale a locação de 01 veículo pelo período de 12 meses, e o valor total será este valor unitário multiplicado por 5 (cinco) que é a quantidade de veículos.

Será necessária placa vermelha nos veículos? Pois todos são cooperativa e os cooperados vão prestar o serviço com seus veículos particulares.

Resposta:

Esta pergunta já foi respondida no esclarecimento já anexado ao comprador.

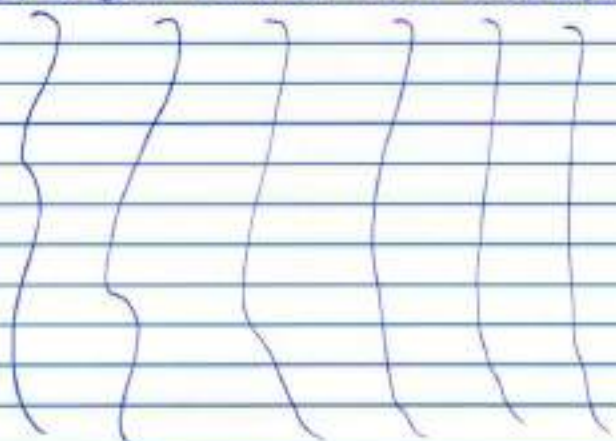
c) Será necessária placa vermelha nos veículos?

R: SIM

Em 2024-03-11 15:27, licitacao escreveu:

Prezado Sr. Ronel, estou sem as informações referentes ao

EM BRANCO

DESCRIÇÃO	FOLHAS INCLuíDAS			
	Data	Unidade	Fl. Nº	Visto
CAPA			01	
QUESTIONAMENTOS			02/03	F/V
EMAIL PEDIDO DO SETOR REQUISITANTE			04	
DA SUSPENSÃO PARA MELHOR ANÁLISE	—	—	—	
EVENTO SUSPENSÃO COMPRASNET			05	
C.1.17/2024 CONTRATE INTERNO			06	F/V
RESPOSTAS DO QUESTIONAMENTO PELO			07	
SETOR REQUISITANTE.	—	—	—	
RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS			08/09	F/V
INCLuíDAS NO COMPRASNET.	—	—	—	
EMAIL DO PREGOEIRO PARA O SETOR REQUISITANTE			10	
C.1. N.º 27/2024-TRANSPORTE P/C. INTERNO			11	
IMPUGNAÇÃO - COOPERTRAN LTDA			12/13	F/V
ANÁLISE JURÍDICA Nº 02/PEM/2024			14	F/V
DECISÃO DO PREGOEIRO IMPUGNAÇÃO			15	
TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO			16/22	F/V
EDITAL RETIFICADO 2			23/47	F/V
PUBLICAÇÕES DE EDITAL RET. 2			48/52	
QUESTIONAMENTO COOPER SIND			53	
RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO			54	
IMPUGNAÇÃO W/F EMPREENDIMENTOS			55/65	F/V
PARERES JURÍDICO Nº 138/PEM/2024			66/68	F/V
DECISÃO DO PREGOEIRO IMPUGNAÇÃO			69	
EVENTO DE SUSPENSÃO - COMPRASNET			70	
DECISÃO DO SETOR DE TRANSPORTE INFORMANDO			71	
QUE NÃO SERÁ EXIGIDO PLACA VERMELHA.			—	
				

DESCRIÇÃO	FOLHAS RETIRADAS			
	Data	Unidade	Fl. Nº	Visto

INSTRUÇÕES:

- 1- Incluído ou retirado qualquer documento, anote nas colunas de folhas incluídas, ou folhas retiradas;
- 2- Somente em caso de extrema necessidade admite-se a retirada de algum documento;

Neste caso, deve-se anotar o(s) documento(s).